

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A dose correta da tributação 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O papel social do imposto 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

China lidera importação de itens de até US\$ 50 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita tenta agilizar entrada de mercadorias e conter sonegação 7

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Comissão do Senado vota nesta quarta o PL do Carf, que pode render até R\$ 50 bi para o governo federal 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo passará "lupa" contra erro e fraude no INSS, diz Tebet 9

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

TRF-1 livra Dilma de ação por "pedaladas fiscais" 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso aprova novo arcabouço fiscal e põe fim ao teto de gastos 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Na máquina pública, o desafio é se modernizar 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Texto mantém Fundeb e fundo para o DF fora do novo limite para gastos 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula tem encontros fora da agenda com Lira e ignora promessas de transparência 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Precisamos falar da reforma política - ZEINA LATIF 20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Arcabouço aprovado: Brasil ganha novo regime fiscal 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O estresse após o marco fiscal - BRASÍLIA - DF 24

Quarta-Feira, 23 de Agosto de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma é essencial contra a ilegalidade 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Enfrentar contrabando vai além de apreensões, afirma secretário 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Do feijão à picanha (Editorial) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isolar o bolsonarismo radical é "estratégico", afirma Paulo Pimenta 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Gestores mantêm aposta em queda das taxas futuras 37

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: preço da governabilidade é compartilhar o poder com o Centrão 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Neutralidade tributária é "uma quimera", reclama especialista 41

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação de offshore sai da MP do mínimo 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação de grandes fortunas - BERNARDO GUIMARÃES 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O dólar em apuros (Editorial) 46

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Em cúpula, Lula nega que Brics queira se colocar como contraponto ao G7 47

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O desenvolvimento virá da educação (Editorial) 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado já precifica Selic menos baixa em 2024 50

A dose correta da tributação

ROSANA HESSEL, Henrique Lessa, Rafaela Gonçalves

Para os especialistas que participaram ontem do Correio Debate, há uma relação direta entre aumento de carga tributária e o aumento do comércio irregular ou contrabando de produtos.

Os analistas entendem que uma mudança no sistema de tributação, em análise no Congresso Nacional, não pode ampliar o peso dos **impostos**. Do contrário, os consumidores serão induzidos a comprar produtos marcados pela ilegalidade.

O presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona, lembrou que a questão da ética concorrencial é uma das grandes preocupações dos investidores que se atentam em respeitar as regras do mercado interno brasileiro. "Temos empresas que operam no Brasil sem respeitar qualquer regra", lamentou o executivo, durante o primeiro painel do seminário. Segundo ele, a ilegalidade desestimula o investimento de quem tenta respeitar as regras no país.

Vismona defendeu políticas públicas voltadas para o combate à ilegalidade. "Estamos entregando as pessoas para o tráfico e o contrabando", apontou. Ele lembrou que a indústria de cigarros é uma das mais prejudicadas pelo mercado ilegal, com a atuação de empresas estruturadas em falsificar produtos, burlar a tributação e até impor trabalho escravo. "Temos indústrias estruturadas para não pagar imposto. Infelizmente, temos esse padrão de participação no mercado dessas empresas com lógica criminoso, que atende a quem busca comprar produtos mais baratos", disse.

Elasticidade

Convidado para integrar o primeiro painel, o economista e pesquisador da economia do crime Pery Shikida analisou a relação entre aumento de carga tributária e a ampliação do comércio ilegal de tabaco.

Para explicar essa relação, ele usou o conceito de elasticidade.

Segundo o economista, como existe um comércio secundário de cigarro, esse mercado apresenta um comportamento elástico. A ampliação da tributação reduz o consumo legal do produto, portanto gera uma queda na arrecadação. Ao mesmo tempo, estimula o comércio clandestino do tabaco.

Ineficiente do ponto de vista arrecadatário, o aumento da carga tributária prejudica ainda, segundo Shikida, os efeitos esperados de políticas públicas para reduzir o consumo desses produtos prejudiciais à saúde.

"Se o governo queria diminuir o consumo e arrecadar mais, o tiro saiu pela culatra", comentou o economista.

Shikida descreveu ainda o atual cenário do comércio ilegal de tabaco. Citou o Paraguai, país vizinho que envia 95% da produção de cigarro por meio de contrabando para o Brasil.

"O Paraguai consome apenas 3% dos cigarros e exporta legalmente apenas 2%. O resto é contrabandeado no Brasil.

São 65 bilhões de cigarros contrabandeados sem pagar **impostos** e com um efeito perverso para toda a sociedade", apontou o economista.

Shikida disse que, enquanto o cigarro no Brasil paga entre 70% e 90% de imposto, no Paraguai, a tributação gira na ordem de 13% - o que torna o contrabando do produto ainda mais lucrativo aos criminosos.

Ele também lembrou que medicamentos e agroquímicos também são produtos que têm uma grande participação no mercado ilegal - com o agravante de que podem ter efeitos ainda mais nocivos à sociedade pela falta de controle e regulação dos produtos consumidos.

Ataque à inovação

Também convidado para o Correio Debate, o auditor-fiscal da **Receita Federal** Roni Peterson Bernardino analisou os prejuízos do contrabando e do mercado de produtos ilegais no setor produtivo legalizado. Segundo ele, essas atividades clandestinas têm desestimulado a inovação do comércio brasileiro. "Desenvolver um novo produto e uma nova tecnologia custa caro. Custa tempo, esforços, oportunidades. (O contrabando) é terrível para uma economia quando você mitiga o desenvolvimento e a inovação. Precisamos avançar no combate a essas fraudes", disse.

Bernardino mencionou alguns produtos que mais sofrem com esse mercado ilegal: "Cigarros, vestuário, óculos, relógio, agrotóxicos e brinquedos. Há uma

diversidade enorme de produtos e esses são só os principais.

Existem inúmeros em menor escala", alegou.

Para o auditor, a **reforma tributária** deve ter uma grande contribuição no combate ao contrabando. Segundo ele, é importante manter uma carga tributária neutra, de modo que os **impostos** não desestimulem o mercado legal. "Reduzir é um sonho.

Mas não é simples, porque nós temos despesas para arcar.

Reduzir envolve uma discussão maior. O que se pretende é manter a carga tributária e, em um momento posterior, quem sabe, uma segunda discussão. Neste momento é a manutenção o nosso objetivo", disse.

Bernardino destacou ainda o crescimento exponencial de apreensões de cigarros eletrônicos.

"Vimos recentemente um salto exponencial nas apreensões de cigarros eletrônicos, um produto recentíssimo que nem mesmo está regulamentado. Em 2019 foram 24 mil itens apreendidos. Em 2021 foram 450 mil; e o número de 2022 é ainda muito maior", alertou. "Vejam a exponenciação desse mercado. E isso ocorre também com outros", finalizou.

"O Paraguai consome apenas 3% dos cigarros e exporta legalmente apenas 2%. O resto é contrabandeado no Brasil. São 65 bilhões de cigarros contrabandeados sem pagar **impostos**" Pery Shikida, pesquisador da economia do crime

"Desenvolver um novo produto custa caro.

Custa tempo, esforços, oportunidades.

(O contrabando) é terrível quando você mitiga o desenvolvimento e a inovação" Roni Bernardino, auditor-fiscal da Receita

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Tributação na dose correta para não estimular mercado ilegal

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/23/all.pdf>

O papel social do imposto

Mayara Souto

O segundo painel do Correio Debate procurou analisar como a **reforma tributária** pode contribuir no combate ao contrabando.

Convidado para participar dessa reflexão, o procurador do Distrito Federal Eduardo Cavalcanti ressaltou que a construção de um modelo tributário adequado contribui para uma sociedade menos desigual.

Ele chamou a atenção para a condição social do consumidor, frequentemente com a renda comprometida pela alta carga tributária.

"Muitas vezes não se trata de opção, mas de condição. Aquele cidadão até quer consumir um produto legal, mas ele não consegue", observou o procurador e especialista em direito tributário.

"A **reforma tributária** surge no debate para que a gente possa tributar o produto de forma a não inviabilizá-lo, mas torná-lo competitivo. Dentro de uma política de balança comercial, industrial e social, os produtos têm papéis relevantes na definição macroeconômica, na geração de renda, de bem-estar e de emprego.

A **reforma tributária** sobre consumo tem essa missão de trazer justiça e equilíbrio fiscal", argumentou o membro da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

De acordo com Cavalcanti, o impacto da **reforma tributária** no combate ao mercado ilegal é relevante - particularmente em relação aos benefícios sociais que pode proporcionar.

"Sabemos que hoje temos um índice de sonegação muito grande, é um setor que captura e traz efeitos negativos como a violência urbana, o tráfico de drogas, a corrupção, o crime organizado. O sistema tributário entra como um vetor estruturante na defesa de bens essenciais à qualidade de vida, como a saúde e o meio ambiente", salientou.

Ao comentar o avanço do comércio ilegal - com prejuízo à arrecadação e ao bem-estar da sociedade - Eduardo Cavalcanti citou os efeitos na saúde dos brasileiros.

"Se a gente, para além de tributar as classes mais baixas, oferece para eles um mercado ilegal, que não se submete aos padrões sanitários, nós não só

estamos marginalizando esse cidadão, como também o sujeitando a problemas de saúde pública", comentou.

Fronteiras extensas

O integrante do Ministério Público mencionou, no entanto, os desafios para tornar o enfrentamento ao comércio ilegal de produtos no país. Citou as dimensões territoriais do Brasil - com mais de 16 mil quilômetros de fronteiras - como um obstáculo para a fiscalização do contrabando.

Estima-se que a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e **Receita Federal** conseguem apenas de 7 a 10% dos produtos ilegais e contrabandeados, de acordo com o procurador. "Temos o Paraguai, Equador e Bolívia mirando todo o seu mercado para o consumidor brasileiro. Não se trata de pequeno contrabandista, são verdadeiros cartéis que operam na produção do contrabando e do produto falsificado", ressaltou Cavalcanti.

Na visão do especialista, é preciso atentar-se a um ponto especial da **reforma tributária**.

Trata-se do imposto seletivo, que pode dar margem a interpretação pessoal. "Fala-se que o imposto seletivo incidirá sobre os produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O celular pode ser considerado um produto prejudicial à saúde, o microondas..."

Parece-me que a gente precisa entrar em uma discussão dentro de padrões mais concretos", analisou.

"A **reforma tributária** surge para que a gente possa tributar o produto de forma a não inviabilizá-lo, mas torná-lo competitivo. A **reforma tributária** sobre consumo tem a missão de trazer justiça e equilíbrio fiscal" Eduardo Cavalcanti, procurador do Distrito Federal

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/23/all.pdf>

China lidera importação de itens de até US\$ 50

BIANCA LIMA BRASÍLIA

Nos sete primeiros meses do ano, o Brasil recebeu uma enxurrada de itens importados com preço médio de até US\$ 50 (por volta de R\$ 247): foram 3,3 bilhões de produtos, uma alta de 11,4% na comparação com o mesmo período de 2022 - a maior parte vinda da China. Os dados integram um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), obtido com exclusividade pelo Estadão.

Essa lista é composta, por exemplo, por 232 milhões de meias-calças e pares de meia, 82 milhões de mochilas, quase 50 milhões de brinquedos e mais de 10 milhões de blusas femininas.

"Tinha pacote que chegava com nome de artista de Hollywood e até empresa que enviava primeiro um pé do tênis e depois o outro, para se enquadrar, indevidamente, na isenção de até US\$ 50", diz Fabio Bentes, economista da CNC e responsável pela pesquisa, frisando que a legislação atual ainda precisa de ajustes para garantir isonomia tributária aos empresários nacionais.

A avaliação é corroborada pelo vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Anderson Trautman.

"A tendência é que grande parte desses itens não tenha sido tributada nem pela União e nem pelos Estados", diz.

A CACB reúne-se hoje com o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, para tratar do tema. "Há uma concorrência desleal, mesmo com a mudança nas regras, e ainda não temos uma perspectiva de quando os ajustes serão feitos", afirma Trautman.

O debate sobre compras online em sites asiáticos tem colocado empresários e o governo em lados opostos. Fabricantes nacionais dizem que se sentem prejudicados em razão da tributação menor de produtos importados em relação aos itens produzidos no País (mais informações nesta página).

CHINA NA LIDERANÇA. Dentre as 145 nações pesquisadas, a China lidera com folga: é responsável

por praticamente 40% de todos os produtos até US\$ 50 que entraram em território brasileiro nos sete primeiros meses do ano. O país asiático - conhecido por marketplaces populares como Shein e AliExpress - vendeu 1,3 bilhão de itens aos consumidores nacionais, uma alta de 38% na comparação com 2022.

A Argentina aparece em segundo lugar, mas com números bem mais modestos: nosso vizinho exportou 331,3 milhões de unidades, um quarto do montante dos chineses.

"Essa alta nas importações, principalmente da China, foi puxada pela valorização do real frente ao dólar, que deixou os importados mais acessíveis, e pela iminência de mudanças na tributação desse tipo de compra", explica Bentes, da CNC.

Em abril, o Ministério da Fazenda chegou a anunciar que acabaria com a isenção até US\$ 50 do Imposto de Importação no envio de itens entre pessoas físicas. O objetivo era elevar a arrecadação, em meio a um cenário fiscal desafiador, e coibir a sonegação, já que parte das varejistas se aproveitava indevidamente do benefício e deixava de pagar o tributo federal - que tem alíquota salgada, de 60%.

O anúncio, porém, foi mal recebido nas redes sociais e a equipe econômica recuou em razão de pressão da ala política.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita tenta agilizar entrada de mercadorias e conter sonegação

No dia 1.º deste mês, a **Receita Federal** implantou o Remessa Conforme, que ainda deve sofrer ajustes. O programa dá isenção de Imposto de Importação nas compras de até US\$ 50 para as varejistas internacionais que cobrem os **tributos** de forma antecipada, no momento em que o produto é adquirido.

Hoje, essa cobrança só ocorre quando a mercadoria chega ao País.

O benefício, porém, não se estende ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual e passou a ter alíquota-padrão de 17% nessas operações.

O desenho do programa irritou as varejistas nacionais, que cobram isonomia tributária e pressionam por mudanças. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a pasta estuda ajustes, mas não deu prazos.

"Pensa no varejo de rua, que comercializa esses mesmos itens que chegam sem Imposto de Importação aqui ao Brasil. É um setor que está sofrendo enormemente.

E uma coisa é sofrer porque esses marketplaces oferecem praticidade nas vendas. A outra é concorrência desleal, já que esses sites não pagam os mesmos **tributos** que as empresas nacionais", diz o vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Anderson Trautman.

Além do foco na sonegação, o programa da **Receita Federal** também busca agilizar o fluxo das mercadorias e a entrega final aos consumidores.

Isso porque os itens que estiverem em conformidade com as novas regras seguirão para o chamado canal verde da Receita, que dispensa exame de documentos e verificação física da mercadoria. Já as mercadorias fora dos parâmetros vão para o canal vermelho, e passam por fiscalização mais detalhada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Comissão do Senado vota nesta quarta o PL do Carf, que pode render até R\$ 50 bi para o governo federal

Por O Globo - Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, vota nesta quarta-feira o relatório do senador Otto Alencar (PSD-BA) sobre o projeto que lei que restabelece o chamado voto de qualidade a favor do governo federal no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Ou seja, em caso de empate, a vitória ficará com a União.

A previsão é que a sessão tenha início às 13h. Alencar apresentou voto a favor do texto que já foi aprovado na Câmara. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encara esse projeto como parte de sua agenda prioritária para recuperar as contas públicas, com potencial de arrecadação de até R\$ 50 bilhões por ano.

A versão aprovada na Câmara manteve o voto favorável ao governo quando houver empate nas decisões do tribunal administrativo que julga causas tributárias. Desde 2020, o empate entre os julgadores beneficia o contribuinte.

Tido como prioritário, o tema chegou ao Congresso como projeto de lei enviado pelo Executivo com urgência constitucional.

Na Câmara, o relator, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), acolheu um acordo entre o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que exclui as multas e juros cobrados dos contribuintes quando o julgamento for favorável ao Fisco pelo voto de qualidade.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/23/comissao-do-senado-vota-nesta-quarta-o-pl-do-carf-que-pode-render-ate-r-50-bi-para-o-governo-federal.ghtml>

Governo passará "lupa" contra erro e fraude no INSS, diz Tebet

Renato Machado e Alexa Salomão

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta terça-feira (22) que o governo federal vai passar uma "lupa" sobre eventuais fraudes e erros nos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), com o objetivo de levantar recursos para recompor o orçamento de 2024.

"O **INSS**, em um determinado ano, não sei se foi em 2021 ou 2022, deu um salto significativo de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), de aposentadoria. Foi muito acima da média anual. Não sei se foi no período eleitoral, não sei o que foi que aconteceu", afirmou.

"Mas o Tribunal de Contas da União falou que, de R\$ 1 trilhão de benefícios, pode ter algo em torno de 10% de erros ou fraudes. Se ficarmos com 1% de R\$ 1 trilhão ou 2% de R\$ 1 trilhão [em erros e fraudes] nessa lupa que iremos fazer em relação às fraudes e erros do **INSS**, são exatamente entre R\$ 10 bi e R\$ 20 bi que nós precisamos e temos que fazer para recompor o orçamento de todos os ministérios, que teriam, em um primeiro momento, uma perda de 2023 para 2024" completou.

Tebet participou do painel de abertura, com foco em **reforma tributária**, do Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, na sede do Ministério do Planejamento.

Também estiveram presentes na mesa de abertura do evento os ministros Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e Vinícius Carvalho (Controladoria-Geral da União), o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, e o representante do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Morgan Doyle.

A ministra do Planejamento também defendeu revisão dos gastos tributários do país -ela apontou que eles podem chegar a R\$400 bilhões.

A ministra disse ainda que algumas desonerações de alimentos podem ser revistas e colocou em dúvidas a eficácia da retirada de **tributos** sobre a cesta básica.

Afirmou que, da forma como a desoneração está atualmente, ela pode não corrigir distorções, tendo em

vista que alimentos desonerados são consumidos pelas camadas mais abastadas e mais pobres da população.

Tebet também defendeu a reavaliação dos gastos públicos brasileiros, iniciativa que está sendo levada adiante por sua pasta. Disse que o Brasil "gasta muito e gasta mal".

A ministra acrescentou, entretanto, que essa radiografia não significará corte de gastos, mas sim uma reorientação do orçamento.

Ao justificar sua defesa pela preservação dos gastos, ela afirmou que o país saiu recentemente de um déficit social considerável, fruto de uma pandemia "mal gerida e mal coordenada."

"Saímos de um déficit social que ficamos quatro anos sem construir uma casa em parceria com a Caixa Econômica Federal, onde a Farmácia Popular foi desmantelada [...] Não dá para falar de corte de gastos. O que precisamos falar é de realocação do orçamento", afirmou.

Na mesma linha, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que o objetivo de uma avaliação é melhorar a qualidade dos gastos e não cortá-los.

"Objetivo de uma avaliação não é o corte de gastos e sim a melhoria e qualidade dos gastos. É justamente gastar melhor e naquilo que vai ter um impacto maior para a sociedade", afirmou ela.

Justiça libera R\$ 1,7 bi para pagar aposentados

Aposentados do **INSS** que ganharam ação de revisão ou concessão de aposentadoria ou pensão contra o órgão e tiveram o processo concluído em julho vão receber, juntos, R\$ 1,7 bilhão.

O montante vai quitar as dívidas do governo em 79.035 processos de 103.725 beneficiários.

O dinheiro será pago por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), que são processos de até 60 salários mínimos - R\$ 79,2 mil.

As ações envolvem, além de processos de

aposentadoria e pensão, benefícios como auxílio-doença, auxílio-acidente e assistenciais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50377&maxTouch=0&anchor=6481978&pd=59570b6d4b1391e6fc4222ddd953a4cc>

TRF-1 livra Dilma de ação por "pedaladas fiscais"

NATÁLIA SANTOS

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.^a Região em Brasília manteve, por unanimidade, o arquivamento da ação de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff sobre o caso das "pedaladas fiscais", prática revelada pelo Estadão que embasou o impeachment da petista. A decisão beneficia também outros envolvidos na prática como o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o expresidente do Banco do Brasil Aldemir Bendine, além do expresidente do BNDES Luciano Coutinho e o ex-secretário do Tesouro Arno Augustin.

No terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma foi indicada e tomou posse como presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o banco dos Brics.

O Ministério Público Federal (MPF) havia apelado contra decisão de primeira instância que arquivou a ação que envolvia os acusados no ano passado.

A "pedalada fiscal" foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o **INSS**. O objetivo era melhorar artificialmente as contas federais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso aprova novo arcabouço fiscal e põe fim ao teto de gastos

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) obteve aval do Congresso Nacional nesta terça-feira (22) para enterrar o teto de gastos, criado há mais de seis anos, e implementar o novo arcabouço fiscal -uma nova regra para as contas públicas que prevê o crescimento das despesas acima da **inflação**.

O projeto de lei do Executivo já havia sido aprovado pela Câmara em um primeiro momento (em maio) e voltou para a análise dos deputados após modificações feitas pelo Senado (em junho). Por já ter passado pelas duas Casas, o texto segue agora para sanção presidencial.

Na sessão da Câmara desta terça, foram discutidas principalmente as emendas ao texto oriundas da Casa vizinha. O governo conseguiu apoio de 379 deputados em uma votação e 423 em outra.

Os números seriam suficientes para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição), cujo mínimo 0308 votos. Como o texto é um projeto de lei complementar, eram necessários, no mínimo, 257 votos dos 513 deputados.

A nova regra foi desenhada com a promessa de garantir mais recursos para políticas públicas e ao mesmo tempo reequilibrar gradualmente as contas do governo, que entraram no vermelho em 2014 -e, desde então, só exibiram resultado positivo em 2022.

A proposta determina que as despesas federais vão crescer todo ano de 0,6% a 2,5% em termos reais (além da **inflação**). O percentual vai variar dentro desse intervalo de forma proporcional às receitas obtidas pelo governo -ou seja, quanto maior tiver sido a arrecadação, mais será possível gastar.

Uma vez assinado por Lula, o texto dará fim ao congelamento de gastos criado no fim de 2016 por Michel **Temer** (MDB). A extinção automática do teto no ato da sanção do arcabouço é prevista pela PEC criada ainda na época da transição de governo, em 2022.

Na versão final do arcabouço, os deputados descartaram algumas alterações feitas pelos senadores e retomaram parte da redação que havia sido previamente aprovada por eles em maio, que torna as regras do arcabouço mais rígidas do que o

texto original do governo.

No desenho aprovado pela Câmara, ficam fora das limitações gerais o Fundeb (Fundo de Manutenção da Educação Básica) e o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal). Os deputados recolocaram as despesas com ciência, tecnologia e inovação dentro das regras fiscais.

Quando o texto passou pela Câmara dos Deputados pela primeira vez, Fundeb e Fundo do Distrito Federal estava m dentro dos limites do arcabouço. O plenário da Casa, portanto, acatou a mudança feita pelo Senado.

As alterações no Senado forçaram que a proposta passasse mais uma vez pela Câmara, e o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que já havia sido responsável pelo relatório na primeira aprovação na Casa, negociou com o governo a versão final.

A Câmara também rejeitou uma proposta do governo que permitia ao Executivo enviar o Ploa (projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2024 com cerca de R\$ 32 bilhões em despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar, para incorporar o efeito da **inflação** maior ao fim do ano sobre o limite para gastos.

O dispositivo havia sido fruto de uma solução costurada pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) para evitar o corte que poderia comprometer projetos do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Essa saída foi sugerida após uma manobra da equipe econômica no texto ter sido desmontada.

Inicialmente, o governo havia proposto que o limite de despesas do novo arcabouço fiscal seria atualizado pela **inflação** calculada de janeiro a dezembro do ano anterior -o que daria um espaço extra para os gastos em 2024, já que o IPCA do encerramento deste ano deve vir maior do que o observado em junho.

Com isso, o governo repetiria uma manobra feita pelo então ministro Paulo Guedes (Economia) durante a gestão Bolsonaro.

Diante da resistência ao dispositivo nas discussões do

arcabouço, o governo fez uma alteração no PLDO (projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024 e colocou uma autorização para incluir no Orçamento despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar no ano que vem, em valor equivalente ao efeito da **inflação** maiores perada até o fim deste ano.

Técnicos do governo dizem que isso é suficiente para o projeto de Orçamento já ser apresentado considerando as despesas condicionadas. A peça orçamentária tem de ser enviada até 31 de agosto.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cumprimentou Cajado, relator do texto, pelos trabalhos. "Parabéns, deputado Cajado pela relatoria. E, ao final, entregamos o projeto do arcabouço fiscal para o país", disse.

Líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) comemorou a aprovação.

"É uma vitória para quem diz que o nosso governo não tem responsabilidade com as contas públicas percebe neste momento que nós estamos garantindo a estabilidade, a previsibilidade e isso é fundamental para quem quer governar com responsabilidade social", disse.

Carlos Jordy (PL-RJ), líder da Oposição na Câmara, criticou o texto. "Isso só demonstra a falta de comprometimento do governo com a questão orçamentária, com a responsabilidade fiscal", afirmou.

Congresso aprova novo arcabouço fiscal e põe fim ao teto de gastos

Continuação da pág. A13 Mais cedo, em evento em São Paulo, o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), elogiou Lira por acelerar o arcabouço fiscal.

"Eu quero destacar aqui o empenho do presidente Arthur Lira, que realmente se comprometeu a votar [o novo arcabouço fiscal]", disse Alckmin, durante a 24ª Conferência Anual Santander, em São Paulo. No evento, o vice-presidente confirmara a votação do texto na noite desta terça.

Na semana passada, Lira havia afirmado à Folha que o texto que voltou do Senado seria levado ao plenário nessa data.

Com a palavra final da Câmara, o projeto do novo arcabouço fiscal segue agora para a sanção da Presidência da República e, assim que assinado, coloca fim definitivo à era do teto de gastos.

Lula cumpre, com a medida, uma promessa de campanha e consegue tirar do caminho o que poderia ser um dos principais obstáculos para seu governo: o impedimento para o crescimento das despesas.

Em dezembro de 2022, após a vitória do petista nas urnas -mas ainda antes de sua posse-, Lula teve de articular uma PEC para liberar recursos para programas como o Bolsa Família e o Farmácia Popular.

Foram R\$ 168 bilhões extras para usar em 2023, mas o Congresso não deixou o instrumento ser asado em outro ano -o que pressionou a equipe econômica a concluir o desenho do novo arcabouço.

O saldo final da nova regra fiscal é positivo para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que realizou uma série de agendas com parlamentares durante o primeiro semestre para a elaboração da proposta.

Ao longo da negociação, o ex-prefeito de São Paulo acumulou avaliações positivas de deputados e senadores. Lira chegou a sugerir a Lula que Haddad virasse ministro da Casa Civil.

Recentemente, no entanto, os dois tiveram um atrito após o titular da pasta ter falado que a Câmara tem "poder muito grande".

A equipe econômica espera que o avanço da nova regra fiscal contribua para reduzir as incertezas do mercado financeiro em relação ao futuro das contas públicas, embora ainda haja desconfiança quanto à execução da nova regra, excessivamente dependente de novas receitas.

Para zerar o déficit primário (que desconsidera as despesas com juros), o governo calculará precisar de R\$ 130 bilhões em arrecadação extra apenas para 2024. Victoria Azevedo, João Gabriel, Nathalia Garcia e Thiago Resende

Câmara aprova reajuste de 9% para servidores federais

João Gabriel

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta terça (22), a medida provisória que reajusta o salário dos **servidores públicos** em 9%. O texto final deixou de fora a emenda que ampliava o limite do crédito consignado.

A medida provisória também amplia de três para quatro o número na direção da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

O texto agora vai ao Senado, onde terá poucos dias para ser avaliado, já que integra um grupo de três medidas provisórias do governo que estão prestes a perdera validade. Destas, é a que tem data mais curta para caducar: esta quinta-feira (25).

As outras duas propostas que precisam tramitar rapidamente são o novo salário mínimo e as novas regras do vale-refeição, ambas com data limite na segunda-feira (28), mas que também devem ser apreciadas nesta semana.

O reajuste geral para os servidores é de 9% e engloba todo o Executivo, inclusive pensionistas e comissionados.

Entenda em 5 pontos o arcabouço fiscal

REGRA 1:

DESPESAS TERÃO CRESCIMENTO LIMITADO

O arcabouço estabelece que as despesas precisam crescer num ritmo menor que a arrecadação. A porcentagem proposta é de 70%. Por exemplo, se arrecadação crescer 1% em termos reais (ou seja, já descontada a **inflação**), as despesas federais só podem crescer 0,7% (também em termos reais)

Para fazer a conta de quanto poderá gastar no ano seguinte, o governo usará as receitas primárias líquidas nos 12 meses até junho do ano anterior (exceto receitas extraordinárias, especifica mente concessões, dividendos, royalties e transferências constitucionais a estados e municípios)

REGRA 2: CRESCIMENTO DAS DESPESAS TERÁ TETO E PISO

O crescimento real das despesas não poderá ser menor que 0,6% nem maior que 2,5%

Por exemplo, se as receitas subirem 4%, ao aplicar a regra 1 o aumento permitido para as despesas seria de 2,8% (70% de 4%), mas a regra 2 barra essa elevação pelo teto de 2,5%. Isso impõe um limite às despesas em tempos de bonança e aumenta a possibilidade de reduzir a dívida pública, já que sobram mais recursos

Por outro lado, também num exemplo, se as receitas não subirem nada nos 12 meses de referência, a regra 1 deixa de valer e será permitido um crescimento dos gastos de 0,6%. Isso permite que as despesas não sejam estranguladas em anos de crise

REGRA 3: DESPESAS COM EDUCAÇÃO, SAÚDE

EEMENDASTÊM REGRA PRÓPRIA

A regra 1 não vale para os gastos com saúde e educação, já que essas despesas têm regras para o mínimo já estabelecidas pela Constituição. Nessas áreas, as despesas poderão crescer no mesmo ritmo das receitas. O mesmo vale para emendas parlamentares

REGRA 4: SE ECONOMIA NÃO FOR SUFICIENTE, APERTO NAS DESPESAS SERÁ MAIOR

O governo estabelece como compromisso a busca por zerar o déficit fiscal atual e gerar superávits crescentes nos anos seguintes

Esse compromisso propõe uma margem (banda) para cima e para baixo no resultado anual das contas públicas. Por exemplo, para 2025, o governo se compromete a obter um superávit de 0,5% do **PIB**, variando de 0,25% a 0,75%

Se a economia obtida ficar abaixo da banda inferior, a regra será mais apertada: em vez de as despesas poderem crescer 70% da alta das receitas, só podem aumentar 50%

REGRA 5:

INVESTIMENTOS TERÃO PISO E PODEM CRESCER SE ECONOMIA FOR MAIOR QUE A PREVISTA

A proposta cria um piso de investimentos de 0,6% do **PIB**

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50377&maxTouch=0&anchor=6481978&pd=59570b6d4b1391e6fc4222ddd953a4cc>

Na máquina pública, o desafio é se modernizar

CÁSSIA ALMEIDA, VINICIUS NEDER E CAROLINE NUNES

Se antes era uma unanimidade que a máquina pública brasileira estava inchada, hoje especialistas defendem que a agenda a atacar é a da eficiência, modernização e gestão. Os gastos e o quantitativo do funcionalismo não são maiores do que a média internacional, mas escondem distorções e, na ponta, quem sofre é o cidadão. A partir de hoje, O GLOBO publica uma série de reportagens semanais sobre a gestão pública, buscando traçar um diagnóstico e listar soluções para tornar o Estado mais eficiente na prestação de serviços à população.

Nas contas do economista Fabio Giambiagi, pesquisador associado da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), os gastos com o funcionalismo federal, incluindo aposentados e pensionistas, caíram de 5,1% do **PIB**, em 1995, para 3,4%, em 2022. A redução, acelerada nos últimos anos, reforça a avaliação de que uma reforma administrativa deveria ser focada na melhora da eficiência e da qualidade dos serviços públicos, e não no corte de despesas públicas.

A queda das despesas foi resultado de reformas como as de 2003 (que introduziu a cobrança de contribuição previdenciária mesmo para servidores aposentados), 2013 (que criou o Funpresp, fundo de previdência dos funcionários públicos federais) e 2019 (a Reforma da Previdência).

Nos últimos anos, segundo Giambiagi, a redução dos gastos se acentuou com o congelamento dos salários durante o governo Jair Bolsonaro.

-Tem uma tendência, mas ela se acentua muito nos últimos três anos. Alguma reversão, dada a mudança de 180 graus na característica do governo neste ano, é possível que aconteça, mas, definitivamente, não vai voltar ao nível de 2019 - afirmou Giambiagi.

O Brasil tem cerca de 11 milhões de funcionários públicos, distribuídos da seguinte forma: 1 milhão na esfera federal, 3,4 milhões nos estados e 6,7 milhões nos municípios, com 60% deles dedicados à saúde e à educação. Isso equivale a 5,6% da população.

Uma parcela mais alta que a média latino-americana (4,4%), porém bem mais baixa que a encontrada nos

países da OCDE (que reúne as nações desenvolvidas), que é de 9,5%. Mas esses números escondem distorções.

-Talvez se tivéssemos um processo de digitalização mais acelerado, precisássemos de menos gente. Mas a máquina ainda é muito analógica e há desequilíbrios muito claros. Há lugares inchados e outros com escassez e envelhecido, não só no sentido etário, no sentido da modernização, de treinamento, de capacitação dos servidores - afirma a economista Ana Carla Abrão, vice-presidente da B3 e que foi secretária de Fazenda de Goiás.

Essa estrutura mais engessada diminui a produtividade da economia como um todo, reduzindo o crescimento do país, com impacto direto na população, alerta a economista.

SERVIÇO COMPROMETIDO Há áreas que não são passíveis de ajustes no Executivo federal.

Entre o um milhão de servidores federais, 362 mil são militares e 268 mil estão em universidades e institutos que têm autonomia garantida na Constituição. Já na administração direta, são 240 mil, contingente que vem diminuindo ao longo dos anos, afirma Cláudio Hamilton dos Santos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em 2015, eram 313 mil. **INSS**, IBGE, Ibama e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) são exemplos de órgãos que acabam sendo afetados pela redução, diz o pesquisador: - São órgãos que não contratam pessoas há muito tempo.

E o efeito desse engessamento desemboca no serviço ao cidadão. O **INSS** é o exemplo mais claro. Em junho, havia cerca de 1,8 milhão de pedidos de auxílio doença, aposentadorias e pensões na fila de espera. O número de funcionários no instituto em 2021 era de 20.332, pouco mais da metade do que tinha em 2012 (37.981). Com isso, Maria da Glória de Santana, de 75 anos, espera há quase um ano para conseguir a aposentadoria: - Quando eu receber minha aposentadoria e estiver com esse dinheiro na mão, vou usar para o que for necessário.

Por enquanto, não faço planos, porque ainda não tenho certeza de quando vai sair.

A batalha pela aposentadoria tinha começado antes, há cinco anos. Precisou entrar na Justiça para comprovar tempo de contribuição.

Ela trabalhou como balconista de loja e como babá.

Ganhou na Justiça, mas não conseguiu que o **INSS** liberasse o pecúlio.

-A gente trabalha, paga tudo certinho. Espero que saia este ano, porque hoje eu dependo do meu marido para tudo - conta Maria da Glória.

Para Ana Carla, depois de alguns anos sem concurso, além da distorção na distribuição dos servidores, houve perda do capital humano: -Ter gente nova entrando, oxigenando, sem caráter etário, com novas ideias, é importante.

O país vive uma crise no setor público, com modelo operacional mais antigo, o que faz com que não sobre recursos para capacitar.

Segundo a consultora econômica Zeina Latif, o número de funcionários públicos não é alto, mas o que mexe com a questão da eficiência do serviço para a população é a desigualdade nas remunerações: -Isso tem repercussões na oferta do serviço público. O que falta é um mecanismo de cobrança para garantir a qualidade do serviço. É um problema em série que desemboca na ponta, no atendimento à população. Aquele funcionário não tem formação suficiente nem autonomia para lidar com as dificuldades ali na ponta, que dependem do julgamento dele.

Natália Moraes, de 43 anos, também está à espera na fila do **INSS**. Mãe de cinco filhos - um deles de 9 anos diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - ela tem direito ao benefício assistencial dado a pessoas com deficiência, de um salário mínimo, mas não conseguiu receber ainda. Enquanto espera, precisa vender biscoitos na barca que faz o percurso Rio-Niterói para sustentar a família: - O benefício vai me ajudar muito, vou poder me dedicar mais ao meu filho.

Ela entrou com pedido há cinco anos. Teve o requerimento negado, mas a Justiça ordenou que ela recebesse a transferência. Mesmo com a ordem judicial, espera desde março receber o benefício: -Não tenho como ficar em casa parada, tenho duas crianças que dependem de mim, sou eu quem sustenta a casa.

CARREIRAS DEMAIS Para Ana Carla, a solução passa também pela revisão no número de carreiras no funcionalismo. Pelas contas da economista, há 309 ocupações na esfera federal, umas 50 em cada um dos estados e igual número nos mais de 5.500

município, o que faz o número de carreiras ser exagerado: - É preciso ter revisão agressiva do número de carreiras e avaliação efetiva.

Devido aos regimentos específicos de cada uma delas, essa quantidade de ocupações impede a transferência de servidores entre áreas que estão inchadas para onde está faltando pessoal. Segundo o secretário de Gestão e Inovação do ministério de mesmo nome, Roberto Pojo, hoje há 130 carreiras no serviço público federal.

A intenção é reduzir esse número, mas não há uma estimativa de quantas serão: -Estamos trabalhando para que as carreiras sejam transversais, para ter agilidade nas transferências de pessoal e para poder fazer compensações em carreiras nas quais a atividade foi automatizada.

O secretário afirmou que o número de servidores caiu em 73 mil desde 2016, e eles não serão integralmente repostos.

O governo anunciou concurso para repor 8 mil vagas: - Não existe a perspectiva de repor os 73 mil, isso é muito claro. A política de reposição vai dialogar com o espaço fiscal, não está desassociada.

*

"O que falta é um mecanismo de cobrança para garantir a qualidade do serviço. É um problema em série que desemboca na ponta, no atendimento à população"

Zeina Latif, consultora econômica

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Texto mantém Fundeb e fundo para o DF fora do novo limite para gastos

IAN DER PORCELLA e GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

Em votação ontem à noite, a Câmara aprovou o novo arcabouço fiscal, que vai substituir o atual modelo de teto de gastos na definição das regras para o crescimento das despesas federais. O texto, que teve 379 votos a favor e 64 contra, segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A nova regra autoriza o aumento de despesas acima da **inflação**, diferentemente do teto de gastos. Esse crescimento real irá variar entre 0,6% e 2,5%, desde que limitado a 70% do aumento da arrecadação.

O caminho para a votação foi aberto depois de um acordo costurado em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O parecer apresentado pelo relator na Casa, deputado Claudio Cajado (PP-BA), manteve as despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) fora do novo limite de gastos. Mas ele rejeitou emenda aprovada no Senado que também tirava da regra as despesas com ciência e tecnologia.

O principal impasse para a votação do texto, porém, era emenda que permitia ao governo prever as chamadas despesas condicionadas no Orçamento de 2024 - que dependem de aprovação de crédito adicional pelo Legislativo para serem executadas.

A emenda das despesas condicionadas foi apresentada no Senado pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), com apoio da ministra do Planejamento, Simone Tebet, que chegou a ir ao Legislativo para defender a medida como uma forma de garantir recursos para o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O cálculo é de que ela abra um espaço fiscal de até R\$ 32 bilhões.

Pelo acordo fechado ontem, essa previsão foi retirada do texto do arcabouço e será incluída agora no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), relatado pelo deputado Danilo Forte (União Brasil- CE). "A solução está dada, resolvida", declarou Cajado, ainda antes da votação. "O governo poderá enviar sua proposta orçamentária com essa previsão de despesa condicionada, que nós não queríamos, mas aceitamos pela LDO."

"MAL-ESTAR". As discussões sobre a regra fiscal ocorreram uma semana após o ruído gerado por uma declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que disse que a Câmara não poderia usar seu poder para "humilhar" o governo e o Senado, o que irritou os deputados.

Esse mal-estar se somou às críticas no Congresso à falta de liberação de emendas e à demora do Planalto em concluir a **reforma ministerial** para acomodar o Centrão no governo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula tem encontros fora da agenda com Lira e ignora promessas de transparência

Marianna Holanda e Renato Machado Brasília

Apesar das seguidas declarações de que só faria negociações "à luz do dia", o presidente Lula (PT) passou a adotar algumas táticas para esconder reuniões em que trata da **reforma ministerial**, em particular com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Esses encontros têm ocorrido à noite, fora da agenda dos dois chefes de Poderes, que chegam a dispensar seus comboios de segurança e a usar carros "à paisana" para não serem notados.

A atitude lembra a do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que enviava comboios de vários carros a determinados locais, sem que estivesse presente, para despistar a imprensa. Bolsonaro era criticado por petistas pela falta de transparência nas agendas.

Os procedimentos adotados pelo Palácio do Planalto contrariam declarações de Lula, que sempre afirmou que faria todas as negociações com transparência e que não queria "conversa secreta".

"No momento certo, nós vamos conversar [com Lira e líderes partidários] da forma mais tranquila possível. Eu não quero conversa escondida. Eu não quero conversa secreta", afirmou o presidente em entrevista à TV Record, no dia 13 de julho.

"Na hora que voltar o Congresso Nacional, que for juntar os líderes dos partidos que eu vou conversar, toda a imprensa vai ficar sabendo o que eu conversei com cada um, o que foi ofertado para a participação do governo e o que o governo quer estabelecer de relação como Congresso até o final do mandato", completou o presidente na mesma entrevista.

Lula então acrescentou que é "grave" quando os encontros não são feitos com transparência. E ainda disse que preferia fazer as tratativas à luz do dia, até para que todos soubessem da verdade e alguns jornalistas não precisassem "ficar inventando fonte".

"O que é grave é quando você passa a ideia de que é secreto. Aí você já cria a tese da suspeição. E nunca é bom você viver sob suspeição. Por isso, é importante agente fazer acordo à luz do dia", completou.

O presidente repetiu essa defesa pela transparência no dia 25 de julho, durante a sua transmissão semanal, o Conversa com o Presidente. Disse que tem interesse que "toda a imprensa saiba" quando ele se reunir com lideranças para tratar de cargos no governo federal.

Lula ainda disse na mesma transmissão que "não tem conversa sigilosa na minha vida política".

O encontro mais recente aconteceu na noite de quarta-feira (16), na residência oficial da Câmara dos Deputados. Foi confirmado nos bastidores por assessores palacianos, mas oficialmente os dois lados silenciaram. Nem confirmaram, nem negaram.

A reunião aconteceu em meio às negociações para destravar a **reforma ministerial**, que Lula pretendia concluir antes de viajar para a África do Sul, para a cúpula dos Brics. O mandatário embarcou no domingo (20) à noite.

A dificuldade está em encontrar um lugar para André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), que já foram confirmados oficialmente no governo, mas sem definição em quais pastas. A semana terminou sem desfecho para a novela.

Naquele dia, o presidente deixou o Palácio do Planalto no início da noite, por volta das 19h20, mas não seguiu para o Palácio da Alvorada - um trajeto que levaria menos de cinco minutos.

Jornalistas que estavam em frente à casa de Lira viram entrar e sair um único carro, de um modelo parecido ao usado pela Presidência para as principais autoridades. Cerca de 15 minutos após a saída desse veículo, o comboio presidencial finalmente chegou ao Alvorada, por volta das 20h14.

Assessores palacianos confirmam que o encontro aconteceu nesse intervalo de tempo. Embora não revelem como foi a operação, a suspeita é de que Lula tenha trocado de veículo em algum lugar no meio do caminho.

O chefe do Executivo também recebeu o presidente da Câmara e principal interlocutor do centrão duas vezes no Palácio da Alvorada à noite. Em nenhuma das

vezes os encontros estiveram nas agendas das autoridades.

No último dia 2, a reunião chegou a ser negada inicialmente pela assessoria do presidente. Lula recebeu Lira em casa, discutiram política, tomaram uísque, o petista deu sua palavra de que entregaria ministérios ao PP e ao Republicanos -mas não disse quais.

Lira também chegou ao Palácio da Alvorada sem o seu tradicional comboio de segurança.

No início do ano, o primeiro encontro do chefe do Executivo com o presidente da Câmara aconteceu na casa do ministro da Secom, Paulo Pimenta, com os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil) e o líder do governo na Câmara, José Guimarães. No evento também informal, beberam e comeram churrasco.

O chefe do Executivo também já participou de um jantar na casa do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), com a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, e o então ministro indicado à corte Cristiano Zanin. O encontro ocorreu na véspera da posse do advogado do petista no Supremo, em 2 de agosto.

O Palácio do Planalto foi procurado, mas não se manifestou até a conclusão desta edição.

"No momento certo, nós vamos conversar [com Lira e líderes partidários] da forma mais tranquila possível. Eu não quero conversa escondida. Eu não quero conversa secreta"

"O que é grave é quando você passa a ideia de que é secreto. Aí você já cria a tese da suspeição. E nunca é bom você viver sob suspeição. Por isso, é importante a gente fazer acordo à luz do dia" Lula (PT) presidente da República, em entrevista à TV Record em 13 de julho

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50377>

Precisamos falar da reforma política - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Um debate que, com frequência, opõe economistas e cientistas políticos é quanto ao timing da **reforma política**. Em função da urgência em corrigir falhas na ação estatal que comprometem o crescimento do país, os economistas privilegiam as reformas econômicas. Os defensores da priorização na **reforma política** - um expoente é Bolívar Lamounier - acreditam que ela é pré-condição para a celeridade e amplitude das reformas estruturais, de modo a tirar o país da armadilha do baixo crescimento.

De fato, apesar das importantes reformas aprovadas, temos sido insuficientemente ambiciosos diante do quadro de rápido envelhecimento da população, emigração de talentos e desalento dos jovens; em um contexto de avanço das tecnologias digitais. As perspectivas para o desenvolvimento do capital humano, ingrediente-chave para o sucesso das nações, andam de mal a pior. O quadro demanda ações na educação e, também, para o bem-estar social (saúde, segurança, mobilidade) e para a liberdade de empreender e prosperar, com igualdade de oportunidades.

É emblemático o atraso de décadas para a aprovação da Reforma da Previdência e para o avanço na tramitação da **Reforma Tributária** do IVA. Foi necessário atingir um quadro de extrema gravidade para se chegar a algum consenso na política quanto à urgência das mudanças. Quanto ao seu escopo, foi necessário ceder à pressão de grupos organizados.

Vale citar, por exemplo, as concessões a militares e a não inclusão dos entes subnacionais na Reforma da Previdência, poupando professores e policiais, os grupos mais numerosos nas administrações estaduais. Na Tributária, a Câmara favoreceu particularmente a agropecuária e as igrejas. A ver a reação do Senado às novas demandas, como a de profissionais liberais, inclusive pela OAB.

As instituições políticas importam, algo compreendido tardiamente pelos economistas.

A tradução dos anseios da sociedade em uma ação estatal eficiente e justa passa por instituições bem desenhadas, inclusivas, que promovam a concorrência na política, afastem a concentração de poder e

imponham limites aos atores políticos.

No Brasil, as regras do jogo não são amigáveis para reformas que visam ao bem comum.

De um lado, preservam privilégios de uns poucos em detrimento dos demais e, de outro, estimulam o populismo.

Destaca-se a elevada fragmentação partidária - em que pese a redução do número de partidos desde a reforma de 2017 -, que dificulta a governabilidade do presidente e a construção de consensos.

Há ainda outros fatores que limitam a representatividade dos vários segmentos da sociedade no Congresso.

As regras eleitorais produzem muitas lideranças cuja orientação é particularista, representando corporações e grupos temáticos. O quadro é agravado pelo crescimento das bancadas temáticas - as mais conhecidas são do agro, evangélica e da segurança -, que visam a interesses particulares, muitas vezes bloqueando iniciativas para o bem comum.

Há também a desproporcionalidade das bancadas estaduais em relação à população dos respectivos estados, agravada pelas dinâmicas demográficas nas últimas décadas, como apontado pelo Censo de 2022.

Assim, dependemos em demasia de lideranças políticas capazes - como discutido por Carlos Pereira e Marcus Melo -, que compreendam as demandas da sociedade, identifiquem janelas de oportunidade para avançar e exerçam liderança para construir consensos e enfrentar grupos organizados que operam para manter o status quo. Isso significa depender da sorte; de surgirem políticos com essa capacidade e que consigam ser competitivos eleitoralmente.

Como se não bastasse, o sistema político custa caro. Odilon Câmara, Luciano de Castro e Sebastião Oliveira apontam que, num grupo de 33 países pesquisados, o Brasil destoa: no número (efetivo) de partidos, no tamanho do orçamento do Poder Legislativo e nos recursos públicos alocados aos partidos, incluindo o financiamento de campanhas eleitorais.

Virada a página da urgente **Reforma Tributária**, o consenso entre economistas e cientistas políticos quanto à necessidade da **reforma política** poderá aumentar. O amadurecimento do debate público é o passo inicial para vencer a resistência dos congressistas, eleitos pelas regras atuais. Ao final, o crescimento de novas lideranças políticas, mais atentas aos anseios da sociedade, poderão construir esse caminho.

*

A tradução dos anseios da sociedade em uma ação estatal eficiente e justa passa por instituições bem desenhadas, inclusivas

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Precisamos falar da **reforma política**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arcabouço aprovado: Brasil ganha novo regime fiscal

EDLA LULA

Depois de muitas idas e vindas, a Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 que institui o novo regime fiscal do país. O governo corria contra o tempo, porque no dia 31 termina o prazo para o envio do Orçamento do próximo ano, que depende dos parâmetros do arcabouço para trazer as estimativas de receitas e despesas dos ministérios.

Como o projeto já havia sido aprovado em maio na Câmara, os deputados votaram nesta terça-feira apenas as emendas acrescentadas ao texto na votação do Senado.

Por 379 votos a favor e 64 contra, os parlamentares mantiveram as emendas que retiram do limite de gastos o Fundo Constitucional do DF e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Eles também seguiram o relator Claudio Cajado (PP-B) ao votarem favoravelmente, por 423 votos a 19 - com duas abstenções - à retirada de todas as outras emendas.

Para que não houvesse mais atrasos, o governo concordou com a retirada da emenda que criava a despesa condicionada. Ela constava do item que tratava do indicador a ser usado no cálculo da estimativa de aumento de despesas no Orçamento, que permitia ao governo incluir no Projeto de Lei Orçamentária Anual a previsão de créditos extraordinários, caso a **inflação** do ano inteiro permitisse.

A emenda havia sido a solução encontrada para impedir que a estimativa de gastos no Orçamento do próximo ano ficasse abaixo do que o governo previa antes de Cajado definir que o indicador usado para o cálculo da elevação de gastos públicos seria o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período de 12 meses terminados em julho do ano de elaboração do Orçamento.

Ficou acordado, então, que, especificamente para o Orçamento de 2024, a despesa condicionada será incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo relator é o deputado Danilo Forte (União-CE).

Para a equipe econômica, será necessário fazer essa ponderação no Orçamento do ano que vem, porque, em agosto do ano passado, houve uma deflação produzida artificialmente, com a redução do preço dos combustíveis promovida pelo governo Bolsonaro em campanha eleitoral.

Segundo cálculos do Ministério do Planejamento e Orçamento, caso o período de cálculo se encerre mesmo em julho, o governo terá de retirar da peça orçamentária estimativas de despesas que poderiam chegar a R\$ 30 bilhões ou R\$ 40 bilhões.

Pela Constituição, a LDO deveria ter sido aprovada antes do recesso parlamentar de julho, mas Danilo Forte também aguardava a definição do novo regime fiscal para apresentar o seu relatório.

Sem crise

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tratou de descartar qualquer atrito com o governo. Peço aos senhores que voltemos à normalidade da informação. Não existe crise, frisou, aos jornalistas.

O deputado se referiu à interpretação de que a Câmara adiava a votação no aguardo da **reforma ministerial** prometida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve oferecer um ministério ao PP, partido de Lira, e ao Republicanos. O petista seguiu para Joanesburgo, na África do Sul, sem anunciar as alterações na Esplanada.

Fundos offshore

Outra decisão do colégio de líderes que contraria o governo foi a votação, marcada para esta quarta-feira, das medidas provisórias que aumentam o salário mínimo e corrigem a tabela do Imposto de Renda, elevando o limite de isenção.

No acordo, ficou decidida a retirada do texto do item prevendo a taxação de brasileiros que investem em fundos offshore. Esse dispositivo havia sido introduzido na MP que corrige a tabela do IR como compensação pela perda de receita em função do aumento do limite de isenção.

Lira ressaltou que não é contra taxar nenhum tipo de fundo, mas resolveu adiar por ser necessário que haja

planejamento para evitar perdas de recursos. A única coisa que não interessa ao país é taxar e perder recursos , disse.

Houve um acordo para votar a proposta do salário mínimo com o compromisso do governo de mandar nova MP da taxaço dos fundos exclusivos, conhecido como fundos dos super-ricos, e um projeto de lei tratando dos fundos offshore.

Na ausência do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, coube ao secretário-executivo Dario Durigan negociar as matérias econômicas com os líderes.

Segundo o secretário, já fazia parte dos planos do governo a tributação dos fundos exclusivos. O Executivo está apenas antecipando o envio da proposta. O debate foi produtivo para chegarmos a um meio-termo, porque Congresso não tratou da regulamentação de offshore , destacou Durigan. Ele frisou que todas as decisões da reunião de líderes foram discutidas antes com a Fazenda. Temos essa boa notícia porque estamos construindo bons entendimentos , acrescentou.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Brasil ganha outro arcabouço fiscal

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/08/5119210-arcabouco-aprovado-brasil-ganha-novo-regime-fiscal.html>

O estresse após o marco fiscal - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Passado o marco fiscal, o presidente da Câmara, Arthur Lira, coloca na roda a necessidade da reforma administrativa, algo que preocupa todo o funcionalismo público. "O governo terá que discutir a reforma administrativa até o final do ano. Não queremos tirar direito adquirido de ninguém, mas o governo vai ter que segurar despesa", comentou Lira, em jantar promovido pelo portal Poder 360, do qual a coluna participou. O presidente da Câmara, inclusive, já escalou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para ser o interlocutor nos temas de interesse do governo, inclusive esse.

Em tempo: mesmo com Lula viajando, o governo jogou para escanteio tudo que poderia virar uma crise. Primeiro, combinou de enviar um projeto de lei para discutir a taxaçoão das offshores, que havia sido incluída numa medida provisória sem combinar com os líderes (leia detalhes no blog da Denise no portal do Correio Braziliense). O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, tratou de baixar a poeira em relação ao imposto sindical, dizendo que não deseja a volta ao passado e, sim, uma "contribuição negocial". Com esses dois temas entrando nos eixos, desponta no horizonte a reforma administrativa. Resta saber se Lira terá força para colocar esse assunto em pauta. O governo, até aqui, não quer saber de retomar essa pauta.

Ibaneis, só convite, e olhe lá

Informada de que governador não pode ser convocado para depor em CPIs do Congresso Nacional, a oposição ao gestor do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, planeja convidá-lo. Ibaneis, se for chamado, vai. Mas seus aliados vão tentar evitar, uma vez que há outros personagens mais importantes na fila.

Missão cumprida

Ao votar o arcabouço fiscal, a Câmara comandada por Arthur Lira cumpre tudo o que havia prometido ao presidente Lula no início do governo. Agora, para aprovar as demais propostas de interesse do Executivo, é preciso resolver demandas, emendas e cargos. Ou seja, os deputados precisam se sentir governo. No jantar do portal 360, Lira foi claro: "O que for para o bem do país, a Casa votará. O que for

ideológico, de interesse exclusivo do governo, o Executivo terá que construir a maioria".

Sem meio-termo

O presidente da Câmara, Arthur Lira, foi direto ao mencionar os ministérios que Republicanos e Progressistas desejam: algum que tenha interlocução direta com os prefeitos. Começou citando a Agricultura, onde está o ministro Carlos Fávaro (PSD). Elencou, ainda, os ocupados pelo MDB e terminou com o Esporte, de Ana Moser.

Por falar em Esporte...

Para segurar o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com o PT, o Esporte caminha para voltar à roda da dança das cadeiras na Esplanada.

CURTIDAS

União inédita/ O primeiro político que a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), encontrou ao chegar à Câmara para acompanhar in loco a votação do novo marco fiscal foi o ex-deputado Geraldo Magela (PT-DF). "Você ajudou muito, Celina." Os dois trocaram número de telefones e ainda posaram para a foto da coluna.

Passe escanteio/ Magela foi quem, há alguns meses, percebeu que o relator do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado, queria mudar o cálculo para correção do Fundo Constitucional do DF. "Esse acordo para preservar o fundo foi uma construção coletiva", comentou Celina.

Deselegante/ A Frente Parlamentar do Agro está em pé de guerra contra o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Por duas vezes, o senador cancelou em cima da hora eventos marcados com a FPA. O primeiro, um café matinal em 8 de agosto, em que não apareceu e sequer avisou. O segundo, um jantar esta semana, desmarcado na última hora. O senador machucou o joelho na quinta-feira e cancelou todos os compromissos externos.

Viagem "perdida"/ O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion, estava numa feira agropecuária no interior de São Paulo. Viajou a Brasília apenas para participar do jantar com Eduardo Braga. Ao

desembarcar, soube que estava cancelado. Os parlamentares não gostaram. E olha que a turma da FPA é grande no Senado: 50 parlamentares, 22 já haviam confirmado presença no jantar.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/23/all.pdf>

Reforma é essencial contra a ilegalidade

ROSANA HESSEL, ALINE BRITO, Edla Lula, Victor Correia

O impacto da **reforma tributária** na economia ainda não está totalmente claro, de acordo com especialistas que participaram do seminário Correio Debate: **Reforma tributária**, realizado, ontem, pelo Correio Braziliense em parceria com o Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). Mas parlamentares garantiram que não será aprovado um texto que implique aumento da carga tributária.

A elevação do nível de **impostos** teria o efeito de não apenas prejudicar o crescimento da atividade econômica legal, mas também de estimular a falsificação e o contrabando. Conforme levantamento do Fórum, somente em 2022, a ilegalidade provocou R\$ 410 bilhões em perdas para empresas e os cofres públicos.

Desse total, R\$ 130 bilhões são uma estimativa conservadora da entidade sobre a perda de arrecadação da União com **tributos** que deixam de ser recolhidos.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) - relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, que foi aprovada pela Casa no primeiro semestre e, agora, tramita no Senado Federal - garantiu que a principal preocupação é preservar o impacto neutro na primeira etapa da reforma, voltada para a tributação do consumo.

"Nós fizemos um IVA que garante a simplificação tributária, que é do que nós precisamos, e garante uma legislação única, mesmo com IVA dual. Nós deixamos um controle dentro do texto, de alíquota, que não permite subir a carga tributária", garantiu o relator.

A expectativa, segundo Ribeiro, é que a PEC seja aprovada até o fim deste ano e, até o início de 2024, um novo sistema tributário seja consagrado no país. Na visão do relator, haverá maior transparência nos **impostos** cobrados, com seletividade em alguns produtos e serviços, ajudando a diminuir o contrabando.

Com a implementação da nova norma fiscal, abre-se espaço para que se discuta a tributação sobre renda e patrimônio.

Na avaliação do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), o Congresso deve promulgar a **reforma tributária** até

o fim de outubro.

Para que não haja atrasos nessa previsão, Lopes, que foi coordenador do grupo de trabalho que discutiu a matéria na Câmara dos Deputados, acentuou que tanto ele quanto Aguinaldo Ribeiro permanecem acompanhando o debate no Senado.

Para o deputado petista, o mecanismo do cashback funcionará como instrumento de combate à sonegação e à informalidade, porque, ao devolver crédito tributário ao cidadão, a reforma acaba por estimular que ele pague **impostos**. "Reduzir (a alíquota de produtos e serviços essenciais) é positivo. Mas, ao deixar uma margem para devolver o imposto para pessoas de menor poder econômico, aí sim, se combate a sonegação, o contrabando, a informalidade. Porque vai dar ao cidadão a consciência tributária", comentou.

Lopes disse que a **reforma tributária** sobre o consumo trará mais eficiência para os setores econômicos. Na avaliação dele, um dos principais motivos da desindustrialização do país foi a complexidade do atual sistema de **impostos**. "O que está em jogo é o futuro do país, numa realidade em que o Brasil perdeu o bônus demográfico. Não produzimos riqueza nem renda per capita necessária para fazer a travessia do envelhecimento populacional", lamentou.

Coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma no Senado, Efraim Filho (União-PB) reconheceu que a mudança no atual sistema de **impostos** é uma oportunidade para transformar o "jogo de perde-perde" do contrabando em um "jogo de ganha-ganha" tanto para o setor produtivo quanto para o governo, que pode impulsionar a arrecadação sem aumentar **impostos**. Para isso, é preciso aliar a mudança no modelo tributário a medidas mais duras de combate ao mercado ilegal, de acordo com o senador.

Efraim Filho admitiu que os chamados "**impostos** do pecado", cobrados sobre produtos considerados prejudiciais, podem incentivar o contrabando de itens como cigarros e bebidas alcoólicas.

"O contrabando é um jogo de perde-perde. Ele deteriora o mercado de trabalho formal. Gera a evasão de divisas. Incentiva a sonegação fiscal. Gera riscos à saúde e à integridade do consumidor.

Piora o ambiente de negócios.

Coíbe e inibe a atração de investimentos", afirmou.

O senador cogitou, por exemplo, uma espécie de diferenciação para uma marca mais popular de cigarro como uma alternativa para combater o contrabando, enquanto as demais teriam a taxa mantida com o "imposto do pecado". A medida foi elogiada pelo presidente do FNCP, Edson Vismona, em entrevista ao Correio (leia abaixo). Na abertura do evento, Vismona lembrou que as perdas com a ilegalidade no país representam 4,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), praticamente o dobro da média dos países da América Latina.

"Qualquer política pública tem que considerar isso. A média latino-americana é de 2% do **PIB**", disse o presidente do Fórum. Segundo dados da entidade, desde o início do levantamento, em 2014, houve um salto de 300% no volume de perdas do setor. No primeiro ano do estudo, os prejuízos para as empresas e os cofres públicos somaram R\$ 100 bilhões. "É um crescimento absurdo. Nenhum setor produtivo teve essa evolução", destacou Vismona.

Três perguntas para...

EDSON VISMONA, presidente do Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade

Qual sua avaliação do seminário?

Foi uma excelente oportunidade de tratarmos de um tema sensível que, muitas vezes, é esquecido, que é o impacto da questão tributária para o crescimento ou contenção do mercado ilegal. Sabemos que uma **reforma tributária** não pode, de forma alguma, ter aumento de carga tributária. Isso foi enfatizado não só pelos nossos debatedores, mas, especialmente, pelos nossos parlamentares, que mostraram a necessidade de que a neutralidade do impacto seja garantida. Se houver aumento de **tributos**, isso impacta imediatamente no mercado, incentiva o ilegal, incentiva o contrabando, financia organizações criminosas.

Isso foi muito bem esclarecido no seminário. Defendemos aqui meios de incentivar a produção, o comércio e o desenvolvimento brasileiros, e de coibir o crescimento da ilegalidade, que é fundamental.

O senador Efraim Filho (União-PE) cogitou uma diferenciação de taxa para uma marca de cigarro mais popular para competir com o contrabando. Isso pode ajudar no combate à ilegalidade?

Se tivéssemos uma marca que pudesse ter uma carga tributária um pouco menor, mantendo a carga tributária

do cigarro elevada como um todo - porque é assim que tem que ser, pelos compromissos internacionais que nós temos -, mas uma marca forte, como salientou o senador Efraim, para que se possa combater o contrabando, isso seria muito importante. Nós reduziríamos o espaço de competitividade do contrabando de cigarros no Brasil e, com isso, aumentaríamos a arrecadação e a segurança do consumidor, que teria acesso a um produto regulado, que atende às normas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). E também diminuiríamos o espaço das organizações criminosas que operam no contrabando de cigarros, e das milícias. O que o senador falou é o ganha-ganha, uma proposta importantíssima e inovadora, que ajudaria a combater o contrabando, que é a nossa missão.

O senhor comentou, durante um dos painéis, que as milícias incentivam o contrabando e a pirataria dentro das comunidades, impedindo até o comércio de produtos legais.

Como combater isso?

A milícia ocupa e domina o território. Ela tem proibido a venda de produtos legais. Veja só o absurdo. O Estado sendo contrariado. É uma afronta a qualquer política pública, porque, quando uma milícia, uma organização criminosa ocupa territorialmente uma comunidade, é ela que dita as regras e se financia com a venda de produtos ilegais. E aí vem a pirataria da internet, os gatos de energia que levaram a Light a uma situação econômica extremamente difícil, o contrabando de cigarros, que é a moeda mais rápida que eles têm, de liquidez imediata.

Tudo está atrelado. Nós temos que identificar claramente essa visão de forma ampla e fazer um combate sistemático. Todas as propostas devem ser colocadas à mesa para coibir o avanço da ilegalidade no nosso país. (RH)

"Nós fizemos um IVA que garante a simplificação tributária. E deixamos no texto um controle de alíquota que não permite subir a carga tributária" Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara

"O que está em jogo é o futuro do país, que perdeu o bônus demográfico. Não produzimos riqueza nem renda para fazer a travessia do envelhecimento populacional" Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho que discutiu a reforma na Câmara

"O contrabando é um jogo de perde-perde.

Ele deteriora o mercado de trabalho, gera evasão de

divisas, incentiva a sonegação, piora o ambiente de negócios" Efraim Filho (União-PB), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma no Senado

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Reforma tributária é essencial para combater o mercado ilegal

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/23/all.pdf>

Enfrentar contrabando vai além de apreensões, afirma secretário

Fernanda Strickand

O secretário executivo de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, coronel Wagner Ferreira da Silva, destacou que dois aspectos facilitam o contrabando no país: a vantagem econômica e a disponibilidade do produto nas regiões. Ele foi um dos convidados do Correio Debate - **Reforma Tributária**: Uma oportunidade para combater o mercado ilegal.

"O primeiro aspecto é o da vantajosidade econômica. O criminoso só comete esse crime, porque ele vai obter lucro. E o outro aspecto é a disponibilidade do produto, ou esse produto não existe no país, e ele é trazido de um outro país, ou ele não existe na qualidade ou quantidade necessária", afirmou.

Ferreira ressaltou que, apesar de parecer um crime não violento, o contrabando possui uma face cruel, com subnotificações de outros delitos, inclusive, mortes. "Existe um rastro de sangue por trás dele, porque ele financia ações violentas, o crime está conectado em diversos ramos.

Para ele sair do ponto A e chegar ao ponto B, diversos outros crimes secundários foram cometidos, como o domínio de território, a corrupção, homicídios, roubos e furtos", disse.

Ele apontou que 51% dos veículos usados no transporte ilegal do cigarro são furtados ou roubados.

"O contrabando acontece no interior do Brasil para a fronteira, e da fronteira para o Brasil. Ele age em uma mão dupla de crime.

Então, a todo momento ele impacta a fronteira, impacta o centro do país, impacta todos os aspectos da vida em sociedade", descreveu o secretário.

"Se olharmos o crime de contrabando simplesmente do aspecto aduaneiro, não vamos enxergar o que ele realmente representa para a sociedade e comunidade.

Ele é muito mais impactante, porque sustenta uma cadeia criminosa que é financiada e vive dessa prática criminosa", afirmou o coronel.

Para ele, é preciso uma abordagem mais eficiente. "Não vamos resolver esse problema simplesmente

com apreensões de cargas, investigações. Por mais complexas que sejam, nós temos que trabalhar em diversas vertentes, tornar o nosso território economicamente inviável para a prática deste crime", sustentou.

Portas de entrada

Ferreira explicou que é preciso primeiramente entender a função de cada fronteira no território nacional. "As principais portas de entrada do contrabando estão no Mato Grosso do Sul e no Paraná. São os principais portos, onde o fluxo logístico e a geografia são muito próprios para a entrada desses materiais do contrabando", observou.

Ele também comentou sobre a dinâmica das organizações criminosas que se alimentam do contrabando e do comércio ilegal.

"Quando nós temos uma mudança de comportamento, o crime não perde a oportunidade.

Onde ele enxerga uma chance de angariar lucro, de aumentar sua margem de ganho, ele aproveita", disse o coronel. Segundo ele, hoje há um duto clandestino, principalmente de cigarro, entrando pelos portos brasileiros na região Nordeste, e chegando à região Norte via terrestre.

Ferreira ressaltou ainda a diversificação das organizações criminosas, que passam a atuar em atividades como logística. Isso torna ainda mais complexo o combate à sonegação e à atividade ilegal. "Os governos não vão atacar isso somente com a atividade repressiva de polícia, não vai ser suficiente. Não é uma medida inteligente, atacar esse crime somente pela via policial. A segurança pública não se faz somente com atividade de polícia, com somente investigação, repressão a essa atividade", argumentou.

Para o secretário executivo de Segurança do Mato Grosso do Sul, alguns aspectos merecem atenção.

"O primeiro: se fizermos uma **reforma tributária** que incentive a prática do contrabando, teremos mais dois aspectos para nos atrapalhar: menos recursos disponíveis para atender à demanda de segurança pública e um aumento da demanda do crime",

pontuou.

Ele alertou para os perigos de uma mudança tributária que incentive o consumo de produtos ilegais. "Se nós aumentamos a demanda do crime, teremos menos recursos para lidar com ele. Ou seja, criamos uma bola de neve na segurança pública e ampliamos o nosso problema, ao invés de resolvê-lo", argumentou.

Por isso é tão importante estar aqui discutindo e fomentando que essa **reforma tributária** seja vista como uma oportunidade de enfrentar não só o problema tributário, mas também os problemas que vêm aliados a essa solução", frisou o coronel.

"Se olharmos o crime de contrabando simplesmente do aspecto aduaneiro, não vamos enxergar o que ele realmente representa para a sociedade e a comunidade" Wagner Ferreira, secretário executivo de Pública do Mato Grosso do Sul

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/23/all.pdf>

Do feijão à picanha (Editorial)

Em meio à miríade de regras especiais e subsídios questionáveis ou mesmo claramente equivocados instituídos pelo poder público brasileiro, a isenção de **tributos** federais para produtos da cesta básica costuma estar entre as normas tidas como mais acertadas. Nem mesmo ela, porém, está livre de falhas de concepção e execução.

Segundo cálculos recém-concluídos pelo Ministério do Planejamento, essa desoneração reduzirá a receita da União em R\$ 34,7 bilhões neste 2023 -valor suficiente para pagar mais de dois meses de Bolsa Família. Em contrapartida, o benefício proporciona uma redução média de 5% dos preços das mercadorias afetadas.

O impacto da medida, em vigor há uma década, não é, portanto, desprezível. Entretanto a boa gestão pública precisa avaliar se as políticas geram os melhores resultados aos menores custos possíveis.

No caso em tela, uma primeira questão é que a isenção de PIS, Cofins e IPI sobre a cesta básica favorece também o consumo da parcela mais rica da população, às expensas do conjunto da sociedade.

Tal defeito pode ser relativizado com o argumento de que os mais abonados destinam à alimentação uma parcela de sua renda menor que a dos mais pobres. Ainda assim, trata-se de uma renúncia fiscal com deficiência de foco.

O problema se agrava porque entre os produtos atingidos estão carnes e peixes mais nobres, que não fazem parte do cardápio dos estratos propensos à insegurança alimentar -além de artigos controversos como os ultraprocessados.

Uma alternativa, discutida na tramitação da **reforma tributária**, seria reduzir ou eliminar a renúncia tributária e fazer uma restituição em dinheiro às famílias carentes dos **tributos** pagos. Embora meritória, se sua viabilidade for comprovada, a proposta enfrenta o tabu político da reoneração da cesta.

Nossos governantes e legisladores têm grande apreço por conceder vantagens e exceções a produtos e setores, aí incluídos educação, saúde, novas fábricas e exportações, sempre mencionando nobres intenções. O que em geral se omite é que tais normas especiais implicam mais **impostos** a serem pagos pelos demais.

A urgente simplificação do sistema brasileiro exige regras mais uniformes e estáveis -em termos bem simples, se todos pagarem, todos poderão pagar menos. Isso pode ser feito sem prejuízo das políticas fundamentais de combate à pobreza e à desigualdade, cujo desenho precisa ser aperfeiçoado.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50377>

Isolar o bolsonarismo radical é "estratégico", afirma Paulo Pimenta

Fabio Murakawa

Ministro da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta acredita que a entrada do Centrão no governo terá um efeito colateral "estratégico": isolar ainda mais o bolsonarismo radical, já acuado pelas denúncias que pesam contra o ex-presidente Jair Bolsonaro no caso das joias presenteadas pela Arábia Saudita e do suposto envolvimento dele e de figuras de seu entorno na tentativa de golpe de Estado do dia 8 de janeiro.

Para o ministro, além disso, o governo vem restabelecendo a confiança com as Forças Armadas, que tem setores alinhados a Bolsonaro.

E há na caserna um genuíno esforço "de afastamento da pauta cotidiana da política do país".

Um dos auxiliares mais próximos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Pimenta recebeu o Valor em seu gabinete no Palácio do Planalto na segunda-feira e ontem, em meio à indefinição do petista sobre que pastas cederá ao Republicanos e ao PP na Esplanada.

O ministro disse crer que a construção de uma base mais sólida no Congresso criará um ambiente de estabilidade política e econômica que pode contribuir, inclusive, para a queda dos juros.

Mas, questionado sobre se a indefinição de Lula, que já se arrasta por três meses, não produz efeito contrário, ele negou.

"Nós precisamos construir uma base sólida. Ela não pode ser um voo de galinha", afirmou.

O debate pelo retorno do imposto sindical, liderado pelo Ministério do Trabalho, ainda não chegou ao Planalto, informou. E a proposta que sair da pasta não necessariamente será a enviada por Lula ao Congresso. Pimenta admite, porém, que o governo pretende fazer mudanças pontuais na reforma trabalhista. Mas pondera que o governo não pretende "reabrir um debate global sobre a pauta".

Sem citar diretamente as críticas da primeira-dama, Rosângela da Silva, que ligou o apagão da semana passada à privatização da Eletrobras, Pimenta afirmou

que "qualquer opinião precipitada, prematura, não ajuda para que a gente possa ter uma operação conclusiva".

Mas criticou a maneira como foi conduzida a privatização, que acabou por retirar poder do governo, maior acionista das decisões centrais da companhia.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Por que o presidente está demorando tanto pra definir essa **reforma ministerial**?

Paulo Pimenta: Essas mudanças precisam estar sustentadas num projeto para o próximo período, que envolve pauta legislativa, compromissos com aquilo que são as questões centrais do governo. E isso requer um debate, que é mais complexo do que simplesmente trocar um nome por outro. Fazer esse tipo de alteração significa mexer num time, e isso tem que ser feito de forma cuidadosa. Mas nós já estamos numa fase final para que as mudanças possam ser anunciadas nos próximos dias.

Valor: O PP insiste em um ministério de grande porte. Ainda está na mesa a possibilidade de entregar o MDS para o Centrão ou dividi-lo?

Pimenta: Essas questões do formato, dos nomes, dos locais, são uma decisão do presidente. Qualquer um que afirmar alguma coisa nesse sentido está expressando muito mais uma vontade ou uma expectativa do que, propriamente, um fato. Portanto, o mais adequado, o mais prudente é aguardar o retorno do presidente [da África].

Valor: O ministro Wellington Dias está garantido no cargo?

Pimenta: Todos nós, ministros, temos os nossos cargos permanentemente à disposição do presidente.

O ministro Wellington é uma pessoa que tem uma relação de confiança, de lealdade, de parceria muito forte com o presidente Lula.

E eu não vejo hoje o ministro Wellington fora do governo. Agora, essa é uma decisão da contingência dos movimentos da política que, nos próximos dias, caberá exclusivamente ao presidente anunciar.

Valor: Não seria negativo separar o Bolsa Família dos outros programas para criar um ministério separado para o Centrão?

Pimenta: Eu não entrei na análise do formato desse ministério e não saberia detalhar.

Valor: Portos e Aeroportos vai para os Republicanos mesmo?

Pimenta: Não tem nada definido.

Todas as definições serão exclusivamente do presidente no momento em que ele anunciar. Até lá, é normal que sejam colocadas opções, alternativas e tudo isso ajuda o presidente a tomar a decisão na hora em que ele achar adequada.

Valor: O Ministério de Pequenas Empresas será criado mesmo?

Pimenta: Acredito que sim. É um ministério que já existiu em outros governos nossos. O presidente acha que essa é uma área que merece uma preocupação e uma atenção maior e acredito que o presidente está bastante inclinado a tomar uma decisão nesse sentido.

Valor: Que tipo de apoio que o governo espera do PP e Republicanos com os novos ministros?

Pimenta: O governo teve uma pauta legislativa muito positiva até agora. Na medida em que esses partidos se dispõem a entrar no governo, isso solidifica ainda mais uma base parlamentar que tem uma agenda extensa. E uma base política sólida dá estabilidade. E a estabilidade se reflete no ambiente político, jurídico e econômico.

Traz mais segurança para quem quer investir. Não é só uma questão imediata do dia a dia do Congresso.

Mas uma sinalização para o mercado e para a sociedade de que tem uma base forte.

Valor: São três meses discutindo ministério. Não é tempo demais?

Pimenta: Eu acho que não, porque isso faz parte também da forma de o presidente Lula trabalhar.

O presidente Lula valoriza a equipe de trabalho, alianças e pessoas que estiveram com ele em momentos importantes. E ele vai encontrando o ponto de equilíbrio, né?

Valor: Há um desejo do Planalto de fazer com que se direcionem as emendas parlamentares para projetos de interesse do governo. O PAC pode ser usado para

isso?

Pimenta: Pode. Porque no desenho do PAC 1 e 2, eram basicamente grandes obras de infraestrutura.

E agora nós temos uma possibilidade muito maior de investimentos na saúde, na educação, de retomada de obras, de programas dentro do PAC que permitem que emendas individuais ou de bancadas possam colaborar para viabilizar uma determinada ação em uma determinada região, em um determinado município.

Valor: E o governo dividirá o crédito político com os deputados?

Pimenta: O nosso interesse é que as obras saiam, que o resultado chegue até a população. Eu não vejo nenhum problema.

Valor: Os deputados vão lá cortar a cordinha na inauguração?

Pimenta: Nenhum problema.

Valor: O governo tem uma estratégia, e também alguns setores do Congresso e do Judiciário, de tentar isolar o bolsonarismo radical. As denúncias contra Bolsonaro contribuem para isso?

Pimenta: Houve um processo acelerado de degradação, de desconstrução, que faz com que determinados setores tenham até vergonha de terem vinculado o seu nome, o seu prestígio a determinadas condutas de figuras muito próximas do ex-presidente, dele mesmo, que o leva a um processo acelerado de isolamento. Então, eu acho que mesmo para uma direita clássica, liberal, é importante que no processo democrático ela tenha a sua expressão. Ela vai cada vez mais se desvincular [dos radicais].

Valor: Atrair o Centrão para o governo é uma forma de isolar o bolsonarismo?

Pimenta: Com certeza, na medida em que se cria um ambiente e se busca convergências para aprovar projetos de interesses maiores do que o próprio governo, como a **reforma tributária**, o marco fiscal.

Quem ajuda a construir essa política se compromete pra ela dar certo, porque se sente parte do projeto.

E os setores do bolsonarismo que insistem numa posição mais radical cada vez mais vão perdendo capacidade de diálogo, inclusive com os setores que votaram no Bolsonaro. No futuro, as pessoas vão ter um profundo constrangimento, vergonha, quando alguém lembrar que alguém da sua família era

bolsonarista. Podem levar isso até como uma ofensa.

Valor: Diante de tudo que aconteceu no 8 de janeiro, é estratégico para o governo isolar esse essa ala mais radical do bolsonarismo?

Pimenta: Eu acho que isso é estratégico para o governo, para a democracia e para o país.

Valor: Tem quem compare algumas coisas que estão acontecendo com o Bolsonaro aos métodos da Lava-Jato que levaram à prisão de Lula. Como é que o senhor vê isso?

Pimenta: Em primeiro lugar, o presidente Lula, e o Supremo Tribunal Federal reconheceu isso, foi uma pessoa que foi investigada com métodos totalmente ilegais.

Desde o fórum competente, que nunca foi a 13a Vara de Curitiba, como uma atuação que envolveu conluio criminoso entre os juízes, procuradores, setores da Polícia Federal. Foi demonstrado que era um grande ambiente de ilegalidade que tinha por objetivo tirar o presidente da eleição em 2018 e depois consolidar um outro projeto para o país. Não tem como comparar o que está acontecendo hoje.

Nós temos um ambiente de normalidade democrática no país, nós temos um inquérito que envolve atos antidemocráticos, que é um inquérito muito grave, muito sério, porque ele coloca em risco a Constituição, a democracia.

Valor: As operações da PF não podem prejudicar a relação do governo Lula com os militares?

Pimenta: A relação com as Forças Armadas se consolidou muito em um patamar de respeito. Acho que aconteceu um esforço importante para que as Forças Armadas voltassem a ser reconhecidas e assumissem o papel de instituições de Estado. É nítido um esforço no sentido de que haja um processo de despolitização, de afastamento das forças militares da pauta cotidiana da política do país. Isso é bom para a democracia, para o governo e para as Forças Armadas.

Valor: Mas isso está sendo bem recebido pelos militares?

Pimenta: Eu acredito que sim.

Com todas as lideranças que eu tenho conversado, eu percebo um ambiente de confiança recíproca e de disposição muito grande no sentido de recolocar as Forças Armadas como instituições de Estado e não como instrumentos ou ferramentas de luta política

partidária ou cotidiana.

Valor: O fato de o presidente ter devolvido a segurança dele para os militares é um sinal de confiança?

Pimenta: Acredito que sim.

Valor: O que foi essa reunião do Lula com o ministro José Múcio [Defesa] e os comandantes militares?

Pimenta: Nós queremos que reuniões do ministro da Defesa com os comandantes e o presidente Lula não sejam notícia. Nós queremos recuperar uma dinâmica de que esse tipo de reunião seja tratado com a mesma naturalidade, com a mesma normalidade de qualquer reunião que o presidente realiza com os parlamentares, com ministros e assim por diante. Não tinha nenhuma pauta específica, mas foi com o objetivo de cada vez restabelecer mais uma normalidade, uma naturalidade.

Valor: Há um grupo coordenado pelo Ministério do Trabalho discutindo uma minuta de imposto sindical.

O senhor sabe alguma coisa dessa reunião?

Pimenta: Os nossos governos sempre tiveram muito esse tipo de metodologia de criar grupos de trabalho, ouvir os setores da sociedade e câmaras setoriais. É evidente que nesses grupos não existe um controle. Os grupos produzem as suas sugestões, as suas ideias. Agora, isso em absoluto pode ser confundido como uma ação de governo, uma proposta de governo, nós ainda não nos debruçamos nem debatemos esse tema.

Valor: Então, aqui no Planalto não tem essa discussão?

Pimenta: Esse debate não chegou aqui ao Planalto.

Valor: Ou seja, não necessariamente a minuta que sair de lá será a proposta do governo ao Congresso?

Pimenta: Exatamente, até porque, em qualquer um desses temas, vários setores são ouvidos.

Não existe relação direta entre sugestões que chegam, ideias que surgem, com aquilo que no momento adequado vai ser transformado numa política do governo.

Valor: Revisar a reforma trabalhista foi uma pauta de Lula na campanha. Essa ainda é uma pauta do governo?

Pimenta: A vida tem demonstrado que determinadas

mudanças criaram um ambiente em alguns casos intransponível para que determinados direitos possam ser acessados. Estabeleceu também um nível de precariedade nas relações de trabalho, em determinadas circunstâncias. Mas essas coisas têm que ser debatidas caso a caso, ponto a ponto.

Valor: Arthur Lira e Rodrigo Pacheco já se disseram contra mudanças na reforma trabalhista. Dá pra apostar numa revisão?

Pimenta: Quando as pessoas falam em reforma, num primeiro momento sempre surge uma ideia de uma revisão geral. E eu entendo a posição dos presidentes da Câmara e do Senado. Nós precisamos ter a tranquilidade de fazer uma leitura adequada, identificar pontos que possam ser melhorados. Isso será feito com diálogo com o Congresso. Por isso, insisti na ideia de que temos que trabalhar pontos específicos, não reabrir um debate global sobre a pauta.

Valor: Sobre o apagão, já está mais claro o que aconteceu?

Pimenta: As informações que nós temos é que foi um problema técnico. Nós não temos carência de geração. Pelo contrário, os reservatórios estão cheios. É muito mais um problema operacional que tem que ser apurado.

Valor: O senhor acha que pode ter alguma relação com a gestão da empresa depois da privatização?

Pimenta: Quando você está fazendo uma apuração, e você tem órgãos de controle e fiscalização envolvidos, qualquer opinião precipitada, prematura, não ajuda para que a gente possa ter uma operação conclusiva. Vamos aguardar.

Valor: O presidente Lula atacou muito a privatização da Eletrobras.

Isso que aconteceu cria condições para reabrir esse debate?

Pimenta: Nós temos uma opinião sobre a maneira como foi conduzido o processo de privatização da Eletrobras. É um processo que tem um conjunto de elementos que são contrários a uma visão que nós temos de projeto para o país. Existem cláusulas que são absolutamente estranhas. Inclusive, no mercado privado, ninguém aceitaria cláusulas como foram impostas e que estamos judicializando.

O presidente Lula, o governo, nunca escondeu de ninguém o interesse de garantir a sua presença dentro da empresa do tamanho que nós somos. As demais questões serão frutos do debate no próximo período.

Valor: O que o governo vai fazer para reconquistar a classe média?

Pimenta: No primeiro momento, nós precisávamos dar uma resposta para aqueles setores da sociedade que mais precisam. E foi isso que nós fizemos. Em quatro meses, devolvemos ao povo brasileiro pelo menos 13 programas estruturantes em diferentes áreas. Num segundo momento, nós começamos a desenvolver um conjunto de políticas que tem como objetivo dialogar, tanto do ponto de vista da política como da comunicação, para outros setores. O Programa da Escola Integral, é um programa que dialoga para além do simples acesso universal à escola. O Minha Casa Minha Vida, quando você amplia as faixas de renda dele, é um programa onde você, na área da saúde, investe no sentido de reduzir a fila das especialidades, das cirurgias eletivas, o Programa do Carro Popular, as iniciativas da Petrobras que levaram a uma redução do preço dos combustíveis, a atualização dos valores da isenção da tabela do imposto de renda. Tudo isso são políticas que, aos poucos, vão abrindo um diálogo com outros segmentos.

Valor: Vem mais medidas? Pode sair crédito para a linha branca?

Pimenta: Eu acho que tem muitas medidas que serão adotadas no próximo período.

Valor: Baratear crédito é difícil?

Pimenta: Aí é uma verdadeira obsessão que o presidente tem, de forma adequada, que é a questão do juro. Para baixar o crédito, tem que diminuir o juro. Para diminuir o juro, tem que ter um ambiente para isso. Por isso que a **reforma política** é tão importante. Porque ela dá estabilidade, ela projeta a possibilidade de transmitir que o governo tem votos e segurança para fazer as reformas necessárias. E isso cria uma expectativa que melhora o ambiente de negócio e permite que o juro possa diminuir.

Valor: Então, essa demora na definição da **reforma ministerial** não produz o efeito contrário, criando instabilidade e incerteza?

Pimenta: Nós precisamos construir uma base sólida. Ela não pode ser um voo de galinha. Ela não pode ser uma coisa efêmera. Esse tempo é necessário pra que a gente possa dialogar e encontrar compromissos que vão para além de uma votação ocasional. E a projeção dessa mensagem que eu acho que ajuda a melhorar esse ambiente.

Por exemplo, a **reforma tributária** tem um conjunto de regulamentações necessárias. É um conjunto de

desdobramentos necessários.

É natural que os investidores, o mercado, o empresários questionem se o governo vai ter capacidade política para levar esse processo até o final. Na medida em que você tem uma base sólida, uma base coesa, qual é o sinal que você passa pra sociedade? "O governo construiu uma base capaz de fazer com que a reforma possa ser levada até o final". E essa mensagem ajuda a melhorar o ambiente político, isso tem um reflexo na estabilidade econômica e no ambiente de negócio em geral.

"Uma base política sólida dá estabilidade.

E a estabilidade Traz mais segurança para quem quer investir"

"É nítido um esforço de um processo de despolitização, de afastamento das forças militares da pauta política"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Isolar o bolsonarismo radical é 'estratégico', afirma Paulo Pimenta

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187639?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187639?page=1§ion=1)**

Gestores mantêm aposta em queda das taxas futuras

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Embora o cenário global se mostre mais desafiador no curto prazo e tenha gerado um aumento nos prêmios de risco exigidos pelo mercado, agentes veem espaço para uma retomada da tendência de queda dos juros nominais e dos juros reais. Gestores ouvidos pelo Valor, inclusive, apontam espaço para uma melhora na dinâmica das taxas futuras à frente, quando houver uma estabilização na piora dos juros globais, diante do ciclo de cortes na Selic e de um alívio na percepção de risco.

"O que temos visto é uma alta das curvas de juros reais e nominais.

O rebaixamento da nota dos EUA pela Fitch e a necessidade de financiamento do Tesouro americano, que tem de emitir mais dívida para financiar o déficit fiscal, aumentaram a pressão sobre os juros mais longos e colocaram pressão nas curvas de juros globais, porque o Treasury é uma referência", diz Damont Carvalho, gestor de fundos macro da Principal Claritas, que cita, ainda, uma economia americana bastante aquecida.

Carvalho acredita que a piora externa foi potencializada no Brasil, já que, nos últimos 15 dias, houve um aumento marginal do risco político em virtude do adiamento da votação do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que o mercado passou a duvidar mais da chance de o governo aumentar a arrecadação o suficiente para atingir as metas fiscais estabelecidas para os próximos anos.

O gestor revela que, nos últimos meses, apostou na queda dos juros reais e nominais, mas que reduziu as posições, especialmente após a decisão do Copom no início do mês. "O fundamento continua a ser ficar aplicado em Brasil. Gostamos, principalmente, dos juros reais de médio e de longo prazo. Apesar do ambiente mais turbulento agora, acreditamos que ao longo do segundo semestre o Brasil pode se beneficiar positivamente. Passado o arcabouço e quando começarmos a discutir a **reforma tributária** e as medidas de arrecadação, podemos ver um resultado positivo de redução do prêmio de risco", diz.

Embora ressalte que os desafios fiscais do governo no

próximo ano são grandes, Carvalho acredita que o fato de haver uma perspectiva de melhora nos números fiscais à frente é um fator positivo e deve melhorar o nível dos prêmios de risco. "Somado a isso, ainda vejo nos EUA pressões mais tomadoras [que apostam na alta das taxas] na curva de juros americana, mas já começo a olhar posições aplicadas lá também. Acima de 4,50%, essas taxas mais longas começam a ficar mais atraentes", afirma.

O viés mais positivo defendido pela Principal Claritas também é observado pelo diretor de investimentos (CIO) da JPP Capital/Somma Investimentos, Joaquim Kokudai.

Embora tenha reduzido posições em juros nominais recentemente, o profissional acredita que a recente piora tanto na bolsa quanto no câmbio podem gerar ganhos para os ativos brasileiros até o fim do ano. Kokudai também vê o nível de 5,40% das taxas das NTN-Bs de longo prazo como uma oportunidade.

Essa perspectiva mais otimista é justificada pelo encaminhamento parcial da questão fiscal do país que, apesar de não endereçar todos os problemas das contas públicas, retira os riscos de cauda para a trajetória da dívida, segundo Kokudai. "O mercado estava em um "mood" [sentido] de tomada de risco, que perdeu força recentemente, mas não vejo isso como uma tendência", aponta.

Na visão de Ian Lima, gestor de renda fixa da Porto Asset Management, a partir do momento em que os Treasuries se acomodarem, mesmo que em um nível mais alto, as taxas futuras locais podem voltar a operar em níveis mais baixos.

"Se as taxas longas nos EUA sobem, as daqui, também. Assim, a curva de juros flerta com um nível de Selic no fim do ciclo mais alto." No momento, Lima diz não gostar de posições em juros de prazo mais curto, já que essas posições são mais ligadas à condução da política monetária pelo Banco Central. Assim, a Porto Asset tem, no momento, posições aplicadas (que apostam na queda das taxas) nos juros intermediários "para não ficar refém do BC". No racional desenhado pelo gestor, mesmo se a autoridade monetária mantiver o ritmo de 0,5 ponto percentual de cortes na Selic, os juros futuros de médio prazo tendem a cair.

"Considerando o juro real neutro no Brasil e a **inflação** esperada em torno da meta, a Selic poderia chegar a 8% no fim do ciclo para alcançar o nível neutro. Como temos uma percepção de que a atividade econômica será um pouco mais fraca no segundo semestre e os ciclos de cortes de juros anteriores foram para o terreno expansionista, os juros de médio prazo podem continuar a cair", aponta Lima.

Em relatório mensal divulgado ontem, o diretor de investimentos da UBS Wealth Management no Brasil, Ronaldo Patah, diz não ver uma grande crise de confiança que afete os Treasuries e, assim, continua a gostar de títulos mais longos no Brasil, "especialmente os ligados à **inflação**".

"O desempenho dessa classe de ativos tem se saído muito bem recentemente, mas ainda vemos espaço para mais valorização.

Como o BC iniciou o ciclo de flexibilização no mês passado, e o processo de corte das taxas provavelmente levará pelo menos um ano para terminar, vemos esses títulos com risco limitado no futuro. Assim, mantemos as NTN-Bs como a classe de ativos preferidas na nossa alocação tática", afirma Patah no relatório.

Ao observar os juros nominais, Patah avalia que o cenário é semelhante, mas observa que os investidores já precificaram a maior parte do ciclo de flexibilização esperado à frente. "O mercado agora está precificando a taxa Selic final de 9% até o fim de 2024. Embora esperemos que seja de 8%, acreditamos que seria muito cedo para antecipar novos cortes nas taxas na curva", aponta o estrategista da UBS Wealth.

"Ao longo do semestre, o Brasil pode se beneficiar positivamente" Damont Carvalho

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187639>

Análise: preço da governabilidade é compartilhar o poder com o Centrão

Luiz Carlos Azedo

O novo arcabouço fiscal desencantou, nesta terça-feira, na Câmara, notícia boa para todo mundo, em especial para os moradores de Brasília, que conseguiram manter o Fundo Constitucional que financia a segurança pública e a educação. Seu desenho garante novas regras para o exercício fiscal, uma vez que o antigo teto de gastos, se mantido, exigiria um corte brutal nas despesas do governo, com grande impacto negativo na economia. Além de reduzir os investimentos públicos, seria um sinal péssimo para investidores e empresas, com possível alta da inflação e estagnação da economia. E também um fator de crise institucional.

A próxima etapa agora é a aprovação da reforma tributária, que ainda é objeto de negociações no Senado, em razão das emendas feitas na Câmara. A resistência dos estados do Sul e do Sudeste ainda é grande, principalmente em relação à centralização da arrecadação pela União. Também se negocia a redução das isenções aprovadas na Câmara, cujos jabutis podem provocar o aumento das alíquotas. A reforma tributária será a principal âncora da política econômica do governo Lula, que é protagonista de uma reforma das mais difíceis, discutida há mais de 30 anos no Congresso.

O preço da governabilidade será a participação do Centrão no governo Lula, com dois ministérios e a Caixa Econômica Federal. É um acordo no qual já se conhece os nomes dos santos, os deputados Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa (Republicanos-PE), mas não os milagres. Haveria um remanejamento na equipe de governo, com uma troca de cadeiras dos ministros Wellington Dias (PT), do Desenvolvimento Social, e Márcio França (PSB), de Portos e Aeroportos.

A presidente da Caixa Econômica, Maria Rita Serrano, também já está no cadafalso. A ex-deputada Margareth Coelho, diretoria financeira do Sebrae, é pule de 10 para o cargo. Essa é uma expressão dos aficionados do turfe, significa que um determinado cavalo é muito superior aos demais e tem vitória quase certa. Prata da casa, Serrano não se destacou no cargo, que sempre foi muito cobiçado pelos políticos.

Lula viajou à África do Sul, mas deixou tudo acertado com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com

quem passará a compartilhar o poder, mas não antes da aprovação dos projetos de governo que estão na pauta da Câmara. Os partidos de esquerda que compõem o governo e os aliados de centro, principalmente do MDB, também, mas há uma diferença fundamental: hoje, Lira é presidente da Câmara e não compartilha esse poder com ninguém. Mas deixará o cargo em 2025 e terá duas opções: se incorporar ao governo ou passar à oposição.

Conciliação

Naturalmente, PT e seus aliados de esquerda, que perderão poder, torcem o nariz para a aliança com Lira, mas era inevitável. A favor do presidente da Câmara conta muito seu posicionamento no 8 de janeiro, quando houve uma tentativa de golpe, mesmo tendo apoiado a reeleição de Bolsonaro. Lula e Lira jogam uma partida em que alternam surda confrontação e cooperação. Nesse tit for tat, sempre acaba prevalecendo a cooperação como estratégia mais vantajosa do que o jogo de soma zero para ambas as partes: o confronto.

Em inglês, qualquer represália paga na mesma moeda é chamada de tit for tat . A expressão vem do holandês dit vor dat , este por esse , que corresponde a outra expressão inglesa usada no latim original, quid pro quo - uma coisa pela outra ou compensação . Na teoria dos jogos, segundo o famoso astrofísico norte-americano Carl Sagan (As regras do jogo, Bilhões e bilhões) é a melhor estratégia para construir uma relação de cooperação num ambiente competitivo.

Na política brasileira, o nome disso é conciliação. Os políticos nordestinos, desde o Império, são mestres na composição política pelo alto, graças à qual muitas crises institucionais foram superadas ou evitadas pelo Congresso. Quando isso não aconteceu, presidentes foram apeados do poder. Lula sabe disso, acompanhou dramaticamente o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Lira também sabe que a conciliação pelo alto não elimina a disputa política local, o que será demonstrado nas próximas eleições. O PP e o Republicanos buscaram aproximação com o governo porque são partidos de vocação governista. Teriam muitas dificuldades eleitorais, principalmente no Nordeste, batendo de frente com o governo Lula, ao

mesmo tempo em que enfrentariam os partidos de esquerda, principalmente o PT, na disputa pelas prefeituras nas eleições municipais.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Preço da governabilidade é compartilhar o poder com o Centrão

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/08/5119211-analise-preco-da-governabilidade-e-compartilhar-o-poder-com-o-centrao.html>

Neutralidade tributária é "uma quimera", reclama especialista

Evandro Éboli

Participante do debate promovido pelo Correio, o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara analisou os desafios que se apresentam ao novo modelo de **impostos**, em discussão no Congresso Nacional. Ele se disse cético à neutralidade tributária, condição defendida por parlamentares. Na avaliação de Bichara, a neutralidade a todas as formas de consumo é um "mito, uma quimera".

Para o especialista, a alíquota de referência só se dará na virada do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que irá substituir **tributos** como o Pis, Cofins e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros.

"Essa neutralidade não está escrita em lugar nenhum. É um mito, uma quimera. Um mantra que se repete a toda hora", criticou. "Até essa virada, os entes estão livres para fixarem o tributo que bem entenderem."

Essa neutralidade deveria constar no texto da reforma", alertou Bichara.

Diferentemente do prometido por políticos que estão à frente da discussão do novo modelo tributário no Congresso Nacional, o advogado entende que há, sim, risco de aumento de carga.

"A gente conhece a fúria arrecadatória dos estados, não é só da Receita. Seria preciso se concentrar na construção de modelo de reforma que não ameaçasse o aumento de carga", defendeu.

Contrabando

Outro ponto tratado por Luiz Gustavo Bichara foi a premissa de que uma tributação mais alta é um fator de desincentivo de consumo de alguns bens. Ele ponderou que a tese é "correta, mas não imbatível". "O cidadão tem à sua disposição outro mercado para se valer desses bens hipertributáveis. É de uma simplicidade franciscana em mercados como do cigarro e do combustível.

Costuma-se dizer "Vou aumentar drasticamente o imposto de cigarro e vou reduzir o consumo". Isso (valeria) se não existisse o Paraguai. Mais da metade do mercado (de cigarro) é de contrabando. Em cada

10 cigarros consumidos no Brasil, 6 são frutos de contrabando", contabilizou o especialista.

Bichara apontou, ainda, um aspecto cultural presente na sociedade brasileira. Mencionou uma "aceitação social" à contravenção. Citou um exemplo pessoal, de um grupo do qual participa de WhatsApp, com profissionais do universo jurídico.

Segundo ele, foi distribuída uma senha para acessar a assinatura de um determinado veículo de comunicação que custava R\$ 1,99 por mês. Seria um link para quebrar patente. "Isso ilustra bem o tipo de aceitação social", exemplificou o advogado.

"A neutralidade não está escrita em lugar nenhum.

É um mito, uma quimera. Até a virada (do IVA), os entes estão livres para fixarem o tributo que bem entenderem" Luiz Gustavo Bichara, advogado tributarista

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/23/all.pdf>

Taxação de offshore sai da MP do mínimo

Raphael Di Cunto, Julia Lindner e Guilherme Pimenta

Com dificuldade de aprovar a taxaço das offshores, o governo Lula (PT) recuou e fechou um acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para retirar essa tributação da medida provisória (MP) do salário mínimo e reenviá-la por meio de um projeto de lei.

Paralelamente, uma nova MP será editada para manter a elevação da faixa de isenção do imposto de renda da pessoa física em R\$ 2,64 mil mensais e com mudanças na taxaço de fundos exclusivos e onshore como compensação à renúncia de receita.

Ainda não há um texto fechado sobre como se dará a tributação dos fundos exclusivos e sediados no Brasil. O Ministério da Fazenda corre para fechar uma proposta até segunda-feira, data em que a atual MP perde a validade, após o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), negociar o acordo diante das resistências de Lira e do Centrão de aprovar a taxaço dos investimentos de pessoas físicas no exterior.

A negociação acelerou após a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), cobrar publicamente Lira nas redes sociais sobre a MP e o arcabouço fiscal.

"Não faz sentido transformar essas duas votações em queda de braço com o governo, porque todos vão sair perdendo, exceto os super ricos que não pagam imposto e os que não suportam ver o país crescer e gerar empregos, com investimentos públicos e privados", afirmou.

Lira rebateu Gleisi em entrevista à imprensa e afirmou que ele e os líderes partidários não são contra a ideia de taxar fundos no exterior, mas que o tema "deve ser tratado com responsabilidade" e não por meio de um "jabuti" incluído numa MP sem acordo com os parlamentares.

Em reuniões reservadas, o presidente da Câmara afirmou que a taxaço nos moldes sugeridos pelo governo provocará uma evasão grande de recursos e diminuirá a arrecadação pretendida.

Além disso, destacou que havia pontos nebulosos, como a taxaço sobre a variação cambial, e que era preciso aplicar regras semelhantes para os fundos sediados no Brasil e os fundos exclusivos (que não

sofrem com o "come-cotas" semestral). Haveria ainda a possibilidade de antecipação dos **tributos** com taxa reduzida, como já aprovado na reforma do imposto de renda sob o governo Bolsonaro (PL).

Diante disso, o governo vai propor na MP a manutenção da nova faixa de isenção do imposto de renda da pessoa física, de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,6 mil, mas com outra medida compensatória: a instituição do come-cotas para os fundos exclusivos fechados.

Essa taxaço incide semestralmente e reduz os lucros dos demais fundos, mas havia uma categoria que ainda estava isenta e só era taxada na hora do resgate.

O aumento da faixa de isenção do IRPF custará R\$ 3,2 bilhões em 2023 e R\$ 5,9 bilhões a partir do próximo ano.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que a expectativa de arrecadar R\$ 10 bilhões este ano com a tributação dos fundos onshores é "conservadora". Depois deste ano, incidiria uma alíquota de 15% de imposto de renda sobre os rendimentos do fundo, o que poderia gerar uma arrecadação anual para a União superior a R\$ 3 bilhões.

Além disso, o governo enviará a tributação dos investimentos no exterior como projeto de lei com urgência constitucional, o que faz com que tranque a pauta de votações do Congresso após 45 dias. Lira prometeu votar a proposta em "três semanas" e depois disso ainda será necessário o aval do Senado. Como se trata de novo imposto, é preciso que esteja sancionado até 31 de dezembro para valer em 2024.

Com a resolução do impasse em torno do imposto de renda, a Câmara deve aprovar nesta quarta-feira a MP do aumento do salário mínimo para R\$ 1.320 com a criação de uma política permanente de valorização do piso salarial nacional (que seria corrigido pela **inflação** do ano anterior mais o percentual de crescimento do **PIB** de dois anos antes). O texto perde a validade se não for aprovado até segunda-feira.

*

"Não faz sentido transformar essas votações em queda de braço" Gleisi Hoffmann

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187639?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187639?page=1§ion=1)

Taxação de grandes fortunas - BERNARDO GUIMARÃES

BERNARDO GUIMARÃES

Taxação de grandes fortunas. Faz sentido? Funciona?

Impostos sobre a riqueza têm sido discutidos no Brasil e no mundo. Hoje, muito poucos países têm esse tipo de imposto. Em geral tributa-se a renda (quanto ganhamos num ano), não a riqueza (o total de ativos que possuímos).

Quando tributamos a riqueza, quem ganhou (ou herdou) muito dinheiro e guardou paga mais imposto do que quem ganhou (ou herdou) a mesma quantidade e torrou. O dinheiro guardado por uns financia o investimento de outros, e isso aumenta o produto da economia. Por isso, a princípio, preferimos tributar renda (e herança) em vez de taxar riqueza.

Contudo, todas as formas de tributação têm seus problemas e suas limitações.

Uma das funções do Estado é distribuir dinheiro de quem tem mais para quem tem menos. Um imposto sobre fortunas atende a esse objetivo. Essa é a principal vantagem desse imposto. Quais as desvantagens?

Impostos desestimulam as atividades sobre as quais eles incidem. Como já discuti em outras colunas, taxar combustível reduz o consumo de gasolina; taxar janelas reduz o número de janelas nas casas.

Antes de tudo, deveríamos taxar as atividades que queremos desestimular. Deveríamos também evitar tributar as atividades que queremos estimular. Um imposto sobre fortunas vai na contramão desse objetivo.

Porém, vários **impostos** têm esse problema. Por exemplo: tributamos salário não porque queremos que as pessoas não trabalhem.

Aí, como escolher entre **impostos** que desestimulam a produção, o trabalho, o investimento ou o consumo?

Em geral, preferimos tributar atividades que reagirão pouco ao imposto.

Num exemplo extremo, instituir uma alta alíquota sobre a caneta preta faria com que passássemos a

usar canetas azuis e o imposto não arrecadaria nada, só modificaria a corda nossa escrita.

Como a acumulação de riquezas reagiria a um imposto sobre fortunas?

No Brasil, os **impostos** mais parecidos com o de fortunas são os que incidem sobre ativos (como IPTU e IPVA) e sobre a renda do capital (como o IR sobre aplicações financeiras). Apesar das semelhanças, esses **tributos** não nos dão muitas pistas sobre a reação da riqueza a um imposto.

Pesquisadores pelo mundo têm buscado estimar os efeitos de **impostos** desse tipo.

Na Suíça, cada cantão tem seu tributo sobre a riqueza. Usando variações nas alíquotas de cada cantão, um trabalho (tinyurl.com/4par44mu) buscou estimar o efeito do imposto sobre a acumulação de riqueza

Em 1989, a Dinamarca reduziu a alíquota do imposto sobre riqueza e aumentou o limite de isenção para casais. Comparando casais que passaram a ser isentos sobre solteiros igualmente ricos, podemos ver o efeito do imposto. Um trabalho fez algo assim usando métodos estatísticos (tinyurl.com/bdhxw2/3).

Esses estudos encontram efeitos grandes: um aumento de um ponto percentual no imposto leva a uma redução na riqueza tributável em 30% a 40% depois de 5 a 8 anos.

Suíça, Dinamarca... OK, mas aqui embaixo as leis são diferentes. Ou não? Usando uma rica base de dados sobre renda e riqueza na Colômbia e em formações do vazamento dos Panama Papers, outro trabalho estimou a evasão de **impostos** sobre a riqueza (tinyurl.com/mw39cj9v).

Os resultados não são tão diferentes. Uma conclusão é que a evasão é um obstáculo importante a esse tipo de imposto -mas responde a uma aplicação mais dura da lei.

A riqueza de fato foge do imposto. Por isso, defensores proeminentes da taxação sobre fortunas defendem um tributo global -aí o capital não teria para onde fugir. Um imposto só no Brasil com alíquota baixa poderia funcionar; mas não arrecadaria muito.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50377&maxTouch=0&anchor=6481978&pd=59570b6d4b1391e6fc4222ddd953a4cc>

O dólar em apuros (Editorial)

Correio Braziliense

Padrão para as negociações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o dólar enquanto moeda referência no comércio exterior pode estar com os dias contados. O início do enterro deve ser na África do Sul, onde, após três anos sem ocorrer presencialmente, por causa da pandemia da covid-19, a Cúpula dos Brics se reúne desde ontem.

Composto por Brasil, Rússia, Índia e China, além da própria África do Sul, o bloco representa cerca de 42% da população da Terra, quase 30% do território do planeta e controla 27% do **PIB** mundial, ou seja: força suficiente para direcionar a economia global e se posicionar como um contraponto ao G7, que reúne as nações mais ricas - ainda que o presidente Lula, que volta ao encontro após 13 anos, tenha negado ser esse o objetivo do grupo.

Por isso, o mundo acompanha com atenção os desdobramentos da reunião entre Lula, o chinês Xi Jinping, o indiano Narendra Modi e o sul-africano Cyril Ramaphosa. Ausência presencial, por causa da guerra contra a Ucrânia, o presidente russo Vladimir Putin participa de modo remoto. Entre as pautas do quinteto, está justamente a mudança que tem tirado o sono de executivos em Wall Street: o dólar deixar de ser usado como referência entre países em trocas bilaterais.

Um dos principais incentivadores da medida é, justamente o presidente Lula.

Desde o início do ano, ele vem defendendo que países usem suas próprias moedas para suas relações. Ontem, voltou à carga, ao defender a adoção do yuan chinês no comércio entre Brasil e Argentina: "Para vender para o Brasil, não deveria precisar de dólar.

Vamos trocar nossas moedas, e os Bancos Centrais fazem os acertos no final do mês. A gente não pode depender de um único país que tem o dólar, de um único país que bota mais dinheiro para rodar dólar e nós somos obrigados a ficar vivendo da flutuação dessa moeda.

Não é correto", disse o presidente em Joanesburgo, cidade mais populosa da África do Sul, onde a cúpula do Brics está reunida.

A mudança causaria um impacto significativo no comércio global. Uma das principais vantagens seria a proteção de flutuações na política monetária dos

Estados Unidos, que podem desencadear ondas de choque econômico em nações que têm o dólar como âncora. Exemplos recentes, como a crise financeira global de 2008 e a atual alta da **inflação**, que tem sido um dos desafios do Federal Reserve, o banco central norte-americano, demonstram como as ações internas dos Estados Unidos podem reverberar mundialmente.

Diversificar as moedas utilizadas no comércio internacional ajudaria a reduzir sensivelmente esses riscos sistêmicos, permitindo que as transações bilaterais fossem feitas tanto nas moedas próprias quanto em qualquer outra que esteja mais estável no momento, com o yuan chinês largando em vantagem. Isso pode impulsionar a estabilidade econômica global, promovendo um ambiente de comércio mais previsível e equitativo.

Naturalmente, a transição para a adoção de moedas nacionais para transações internacionais não será isenta de desafios. Mudanças tão profundas no sistema financeiro global vão demandar uma coordenação entre nações, uma infraestrutura tecnológica aprimorada para facilitar transações e acordos comerciais claros e transparentes. No entanto, os benefícios de longo prazo provavelmente superam os obstáculos iniciais.

É claro que os Estados Unidos não vão assistir a tudo isso de braços cruzados.

Mas, imersos nos seus problemas internos, como a citada **inflação** e a ameaça da volta do controverso Donald Trump ao poder, é possível que o governo de Joe Biden não tenha forças ou paciência para se dedicar à questão, abrindo assim uma janela de oportunidade - que o Brics não vai deixar passar - para que um debate sério sobre a redução da dependência do dólar americano seja feito pelo mundo.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/23/all.pdf>

Em cúpula, Lula nega que Brics queira se colocar como contraponto ao G7

Ricardo Della Coletta Joanesburgo

O presidente Lula (PT) negou na terça (22) que o Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, busque servir de alternativa ao G7-o grupo dos países industrializados, liderado pelos Estados Unidos.

"A gente não quer ser contraponto ao G7 ou ao G20, nem aos Estados Unidos. A gente quer se organizar. A gente quer criar uma coisa que nunca teve, que nunca existiu. O Sul Global... Nós sempre fomos tratados como se fôssemos a parte pobre do planeta, como se não existíssemos. Nós sempre fomos tratados como se fôssemos de segunda categoria. E de repente a gente está percebendo que podemos nos transformar em países importantes", declarou o presidente em transmissão nas redes sociais.

Lula argumentou que os integrantes do Brics respondem hoje por cerca de um terço do PIB mundial e por fatia semelhante do comércio internacional. Afirmou ainda que o bloco precisa ter recursos para mudar "as relações no mundo", referência à tentativa histórica da diplomacia brasileira de reformar as instituições de governança global.

Lula citou em mais de uma ocasião o Conselho de Segurança da ONU. Hoje os únicos membros com poder de veto no órgão mais importante da organização multi-lateral são EUA, Reino Unido, França, Rússia e China.

"Por que o Brasil, a Índia e a África do Sul não podem entrar? Por que não pode entrar a Alemanha? Quem é que disse que são os mesmos países colocados lá em 1945 que continuam lá? O mundo mudou, a política mudou e nós queremos essa mudança", afirmou Lula. "O Brics não significa tirar nada de ninguém. Significa uma organização de um polo muito forte, que congrega muita gente." As falas do petista sobre o Brics ocorrem em meio à cúpula do grupo em Joanesburgo esta semana, marcada por debates sobre sua ampliação. A China, maior economia do grupo, defende ampla expansão. Segundo interlocutores, Pequim quer "escancarar as portas" e admitir de uma vez duas dezenas de países.

A África do Sul tem visão similar à chinesa, segundo disse o presidente Cyril Ramaphosa.

"Mudanças ocorridas nos países que compõem o Brics na última década transformaram a economia global", afirmou Ramaphosa, acrescentando que o interesse manifestado por outras nações para participar do grupo "mostra que a família Brics está crescendo em importância, estatura e influência no mundo".

A Rússia também é a favor da estratégia, uma forma de romper o isolamento diplomático que enfrenta desde o início da Guerra da Ucrânia. A hipótese é, porém, rechaçada por Brasil e Índia, uma vez que esse desenho poderia ser encarado como uma aliança anti-Occidente e antagonista aos Estados Unidos e ao G7.

A Índia tem enviado sinais de que aceita discutir a entrada regulamentada de alguns candidatos. Já o Brasil, antes frontalmente contrário à expansão, flexibilizou sua posição e agora argumenta que um crescimento controlado não é ruim para os interesses do país. Também na terça, Lula disse ser favorável à ampliação, mas novamente defendeu a adoção de critérios e procedimentos.

Ele citou Argentina e Indonésia como dois países que, segundo ele, deveriam ser admitidos. "[O Brics] não pode ser um clube fechado. O G7 é um clube fechado. Mesmo quando o Brasil chegou a ser a sexta economia do mundo, a gente participava como convidado. O G7 é o clube dos ricos." Membros da comitiva brasileira em Joanesburgo fizeram coro a seu posicionamento. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), defendeu que o bloco não deve fazer "nenhum tipo de antagonismo a outros fóruns importantes" no cenário internacional. "Acreditamos que o Brics tem grande contribuição a dar. Brasil, África do Sul, Índia, China e Rússia podem, cada um a partir de sua perspectiva, oferecer ao mundo uma visão que seja coerente com seus propósitos", disse.

Enquanto isso, o assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Celso Amorim, reforçou a mudança no cenário global que o interesse pela ampliação do Brics representa. "Acho que todo o interesse que existe na expansão, países que desejam ser parceiros ou membros plenos do Brics, demonstra que há uma nova força no mundo. O mundo não pode ser mais visto como o ditado pelo G7." Lula ainda aproveitou a ocasião para voltar a criticar a

dependência do dólar no comércio internacional. Ele disse que esse é um dos temas em discussão no Brics e sugeriu a criação de uma "moeda de comércio exterior". "Nós defendemos a questão de uma unidade de referência -na verdade é uma moeda- que seja referência para fazer negócios, para que você não precise de uma moeda de outro país", afirmou o brasileiro.

"Por que eu preciso ter dólar para fazer negócios com a China?" questionou. "A gente não pode depender de um único país que tem o dólar. E nós somos obrigados a ficar vivendo da flutuação dessa moeda. Não é correto." A defesa de mecanismos de desdolarização é uma constante na retórica de Lula, mas o projeto é encarado com ceticismo por analistas e por alas do próprio governo.

Em fala gravada, transmitida durante o fórum, o presidente russo, Vladimir Putin, também mencionou a diminuição da dependência do dólar no comércio internacional.

"O objetivo e irreversível processo de desdolarização dos nossos laços econômicos está ganhando ímpeto", afirmou. O líder não compareceu à cúpula do Brics devido ao mandado de prisão emitido contra ele pelo TPI (Tribunal Penal Internacional). A África do Sul, anfitriã do evento, é signatária do tratado que criou a corte, e em tese estaria obrigada a prender o russo caso ele pisasse em seu solo.

Xi Jinping quebra expectativa e pula evento com colegas

O líder chinês, Xi Jinping, pulou nesta terça-feira (22) a primeira ocasião em que os chefes de Estado dos países do Brics apareceriam juntos no contexto desta edição da cúpula do grupo, formado ainda por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, em Joanesburgo. Quando os líderes entraram no palco, foi anunciado que Xi seria representado por seu ministro de Comércio, Wang Wentao. Segundo duas pessoas ouvidas pela Folha sob condição de anonimato, Xi não pretendia participar da ocasião desde o começo. Mas sua presença chegou a constar num programa oficial que circulou dias antes do fórum. No evento empresarial, Wang leu uma mensagem em nome de Xi. "O que as pessoas em diferentes partes no mundo querem não é uma nova Guerra Fria, ou pequenos blocos exclusivos" disse.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50377>

O desenvolvimento virá da educação (Editorial)

Adisparidade entre os indicadores econômicos e sociais da Região Nordeste em relação aos das demais regiões do País voltou ao debate público nacional a partir da entrevista que o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), concedeu ao Estadão há alguns dias. Naquela ocasião, o governador mineiro defendeu a criação de um consórcio dos Estados do Sul e do Sudeste à semelhança do Consórcio Nordeste, formado em 2019, o que foi entendido por outros governadores como uma incitação à guerra entre os entes federativos. Este jornal já se manifestou sobre a entrevista (ver editorial O País é um só, 8/8/2023).

Disputas políticas à parte, pois tanto defensores como detratores da ideia de um eventual Consórcio Sul-Sudeste, por óbvio, tiraram proveito das declarações do sr. Zema para fixar suas posições e angariar apoios, fato é que a entrevista lançou luz sobre uma questão importantíssima que a sociedade não pode simplesmente ignorar: afinal, como reduzir a incontestável desigualdade inter-regional no País e, assim, fazer valer o imperativo republicano que iluminou toda a redação da Constituição de 1988?

Há muito tempo, este jornal defende, com um misto de tenacidade e entusiasmo, que o desenvolvimento do Brasil e, como decorrência natural, a melhora das condições de vida para seus 210 milhões de habitantes virão da elevação da oferta de educação pública de qualidade para todos os brasileiros em idade escolar à condição de prioridade nacional número um. Não como uma escolha retórica, um consenso que hoje é tão banal quanto improdutivo, mas como um real esforço conjunto do Estado e da sociedade para fomentar políticas públicas muito bem pensadas, implementadas e, principalmente, bem medidas.

Em entrevista a este jornal, no dia 16 passado, o ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega foi preciso na avaliação segundo a qual políticas de qualidade na área de educação podem ser mais determinantes para o desenvolvimento do Nordeste do que os repasses da União aos Estados e municípios da região. O economista, evidentemente, não diminuiu a importância dessas transferências, sejam as obrigatórias por imposição constitucional, sejam as voluntárias, negociadas entre os Estados e o governo central. O ponto fundamental, como bem destacou o

entrevistado, é que os repasses federativos e a arrecadação não têm, por si sós, o condão de desenvolver lugar algum. O que muda a realidade de uma cidade, de um Estado ou de um país é o tipo de educação que os cidadãos recebem.

A negligência com a formação de milhões de crianças e adolescentes brasileiros, se não é o principal fator que explica a distância abissal que separa o Brasil de suas potencialidades de desenvolvimento humano, é uma das principais razões para que o País se mantenha cronicamente aferrado ao atraso. Esse descuido com o que há de mais precioso para qualquer nação chega a ser imoral, pois, se não faltam recursos financeiros nem tampouco diagnósticos e propostas para uma transformação virtuosa da educação pública brasileira, essa miséria formativa que grassa País afora, salvo poucas ilhas de excelência, só pode ser fruto de uma escolha deliberada por hipotecar o futuro dessas gerações.

O País destina à educação recursos equivalentes a 6,3% do **PIB**, um percentual acima da média dos países que integram a OCDE (5,8%). E, mesmo assim, está onde está, figurando em posições muito aquém do esperado para esse volume de dinheiro investido em quase todos os rankings de avaliação da qualidade da educação básica em nível global.

Em muitas áreas, o País claudica na formulação de políticas públicas baseada em evidências. Isso é particularmente desastroso na área de educação. "O Brasil tem uma cultura muito grande do achismo", disse ao jornal Valor o professor Mozart Ramos, uma referência em educação no País. Já passou muito da hora de os governos das três esferas, ao invés de tratar da educação na base da tentativa e erro, construírem soluções definitivas para suas mazelas crônicas, condição indispensável para alçar o País ao patamar das nações desenvolvidas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado já precifica Selic menos baixa em 2024

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

O estresse observado nos mercados globais de renda fixa, diante da disparada dos rendimentos dos Treasuries, tem se refletido nos ativos domésticos e já levanta a possibilidade de o ciclo de flexibilização da política monetária não ser tão intenso quanto o precificado anteriormente.

A alta relevante dos juros futuros retirou do preço uma Selic abaixo de 9% e a chance de aceleração no ritmo de cortes no juro básico também ficou menor.

Parte da preocupação dos agentes de mercado deriva da redução do diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos e de possíveis reflexos no comportamento do câmbio e, como consequência, da dinâmica inflacionária. Com a disparada das taxas dos Treasuries e consequente diminuição da diferença entre os juros brasileiros e americanos, o mercado passou por forte correção nas últimas duas semanas.

Depois de ter precificado uma Selic em torno de 8,75% em 2024, a curva de juros passou a embutir no preço uma taxa entre 9,25% e 9,5%.

Na visão do estrategista-chefe global para mercados emergentes do Citi, Dirk Willer, os bancos centrais de mercados emergentes devem ser capazes de continuar os ciclos de flexibilização monetária, mesmo com o Federal Reserve (Fed) ainda em processo de aperto dos juros, mas apenas se as moedas emergentes permanecerem relativamente fortes. "O real tem se comportado relativamente bem, sugerindo que o ciclo de flexibilização brasileiro pode continuar mesmo face ao aumento dos juros globais, o que daria suporte às taxas do Brasil", afirma.

Sobre uma pressão adicional no câmbio, fruto da redução do diferencial dos juros entre o Brasil e os EUA, Willer avalia que o atual nível da Selic no Brasil é tão alto que dificilmente traria problemas ao real. "O Brasil está partindo de taxas tão altas que os primeiros cortes dificilmente prejudicariam muito o real. Os cortes iniciais muitas vezes atraem entradas de renda fixa que dão suporte ao câmbio. Mas, uma vez que o Brasil entre com os juros na casa de um dígito, temos que observar esse espaço com mais cuidado", aponta o estrategista.

Os reflexos do diferencial de juros no câmbio também são citados pelo economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, como um sinal de alerta sobre a extensão do ciclo de queda de juros.

"A experiência de 2020 mostrou que, a partir de um determinado estreitamento do diferencial de juros, a moeda aqui começa a se comportar de uma forma não linear. Isso acaba funcionando como um "lower bound" [nível mínimo] para a Selic", diz.

Mesquita, que já foi diretor do BC, avalia, ainda, que fatores como o mercado de trabalho também podem limitar a extensão do ciclo de flexibilização monetária.

"A menos que se tenha uma visão muito otimista sobre taxa neutra de desemprego pós-reforma trabalhista, é difícil vislumbrar uma abertura do hiato do mercado de trabalho. Com isso, você tende a ter a **inflação** de serviços mais persistente, uma dificuldade de desinflacionar a economia como um todo, o que, em tese, pode limitar a extensão do ciclo", afirmou Mesquita no podcast "Itaú Views".

Para o economista, o ponto de partida do mercado de trabalho e o efeito cambial, em algum momento no futuro, são possíveis fatores que podem moderar o processo de redução da Selic. Em seu cenário básico, o Itaú projeta a taxa de juros em 11,75% no fim deste ano e em 9,5% em 2024.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187639>